



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## Trajetórias de Vida de Mulheres em Situação de Prostituição

Raquel Fiuza Ribeiro Lopes

Mestrado em Sociologia

Orientador:  
Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Associado  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Trajetórias de Vida de Mulheres em Situação de Prostituição

Raquel Fiuza Ribeiro Lopes

Mestrado em Sociologia

Orientador:  
Doutor Pedro Vasconcelos, Professor Associado  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

## **Agradecimentos**

Este momento é o culminar de vários anos de estudo, de aprendizagens tanto pessoais como académicas, de amizades.

O primeiro agradecimento é feito aos meus pais, que sempre me encorajaram e acreditaram em mim. Que sempre me motivaram a questionar o mundo à minha volta, a ter pensamento crítico sem descuidar a solidariedade e cuidado que devemos uns aos outros. Agradeço também à minha avó, à minha tia e primos, Pedro e Diogo, mas em especial ao meu avô, que também muito me ajudou no meu percurso académico e que infelizmente já não está fisicamente presente para partilhar esta vitória comigo.

Devo um agradecimento igualmente sentido aos meus amigos, que se tornaram a família que escolhi. Catarina, Tiago, Ana Cláudia, João, Sara e Belchior, a vossa lealdade e companhia é das coisas mais bonitas que tenho comigo e que mais valorizo. Beatriz, Inês e Leites, as minhas companheiras de faculdade e amigas de vida. Aos amigos mais recentes, Madalena, Diogo, Joana, Pipa, Amorim e Sofia, ainda bem que os nossos caminhos se cruzaram.

Agradeço, também, ao meu orientador e professor Pedro Vasconcelos, pela perspicácia, partilha de conhecimento e pela paciência que teve ao longo deste processo.

Um último obrigada, mas dos mais importantes, às mulheres que dispensaram um bocadinho do seu tempo para falarem comigo, por terem confiado em mim e sem as quais esta dissertação não teria sido, de todo, possível.



## **Resumo**

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do mestrado em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem como intenção principal mapear as trajetórias de vida de mulheres que estejam, ou já tenham estado, em situação de prostituição – onde se incluem práticas de trabalho sexual. A investigação adotou uma abordagem qualitativa, através da realização de quatro entrevistas em profundidade e semiestruturadas. As entrevistas pretendem analisar a influência de fatores como a pobreza, a disfuncionalidade familiar, o consumo de drogas, entre outros, no envolvimento na prostituição/trabalho sexual. É também explorada a forma como estas mulheres navegam a sua experiência na prostituição, incluindo os seus desafios e motivos para a permanência ou saída da mesma. É ainda feita uma breve discussão acerca da legalidade desta atividade, tendo em conta a opinião das mulheres entrevistadas. Em suma, este estudo pretende potenciar o conhecimento sociológico da prostituição, desafiando e questionando pré-conceitos estabelecidos das diferentes agendas políticas.

**Palavras-chave:** Prostituição; trabalho sexual; Lisboa; sociologia.



## **Abstract**

This dissertation, developed as part of the Master's in Sociology at ISCTE – University Institute of Lisbon, primarily aims to map the life trajectories of women who are, or have been, involved in prostitution, including practices of sex work. The research employs a qualitative approach, conducting four in-depth, semi-structured interviews. These interviews examine the influence of factors such as poverty, family dysfunction, and drug use, among others, in relation to involvement in prostitution or sex work. The study also explores how these women navigate their experiences within prostitution, including the challenges they face and their reasons for either remaining or exiting the industry. Additionally, a brief discussion on the legal aspects of this activity is presented, reflecting the perspectives of the interviewees. Ultimately, this research seeks to enhance sociological understanding of prostitution by challenging and questioning established preconceptions across various political agendas.

**Keywords:** Prostitution; sex work; Lisbon; sociology.





## Índice

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução .....                                                                  | 1  |
| I. Fundamentos Sociológicos: Desconstruindo o Fenómeno da Prostituição .....      | 3  |
| Trajetórias até à – e na – prostituição .....                                     | 5  |
| <i>Trapping</i> e permanência na prostituição .....                               | 10 |
| Violência .....                                                                   | 11 |
| Enquadramento legal .....                                                         | 12 |
| II. Percursos de Investigação: O Contexto Nacional e Abordagem Metodológica ..... | 15 |
| A legislação em Portugal .....                                                    | 15 |
| Caracterização da população .....                                                 | 16 |
| Objeto de estudo .....                                                            | 18 |
| Metodologia .....                                                                 | 18 |
| III. Entre vidas e vozes: Uma análise dos caminhos até e na prostituição .....    | 21 |
| Diferentes manifestações de pobreza .....                                         | 21 |
| Disfuncionalidade familiar e conjugal .....                                       | 22 |
| Contextos relacionais e influência no consumo de drogas .....                     | 24 |
| Estágios do percurso prostitucional .....                                         | 27 |
| Rendimentos e práticas prostitucionais .....                                      | 27 |
| Permanência na prostituição e episódios de violência .....                        | 28 |
| Estratégias de segurança .....                                                    | 31 |
| Perceções e atitudes .....                                                        | 32 |
| Sobre os clientes .....                                                           | 32 |
| Sobre a legalidade da atividade .....                                             | 32 |
| Sobre si próprias .....                                                           | 33 |
| Conclusão .....                                                                   | 35 |
| Bibliografia .....                                                                | 39 |
| Anexo A – Guião utilizado nas entrevistas .....                                   | 40 |
| Anexo B – Parecer Comissão Ética do ISCTE-IUL .....                               | 42 |

## Índice de Figuras

|                                            |   |
|--------------------------------------------|---|
| Figura 1 – Modelos dos três estágios ..... | 7 |
|--------------------------------------------|---|

## Índice de Tabelas

|                                                                                      |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Modelo dos três estágios (Matthews, 2008), adaptado às entrevistadas..... | 27 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|

## Lista de Siglas

|      |                                                |
|------|------------------------------------------------|
| ESPP | Escola de Sociologia e Políticas Públicas      |
| GAT  | Grupo de Ativistas em Tratamento               |
| IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social |
| PReP | Profilaxia Pré-Exposição                       |
| Sida | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida         |
| VIH  | Vírus da Imunodeficiência Humana               |

## Introdução

Esta dissertação tem como objetivo explorar e compreender as trajetórias de vida de mulheres que se encontram ou encontraram em situação de prostituição, incluindo dinâmicas e práticas de trabalho sexual. Ainda que este seja um tema multidisciplinar (Spanger e Skilbrei, 2017), a preferência pelo termo “prostituição” está relacionada com o facto de este ser um estudo sociológico, não sendo por isso pretendido entrar em discussões sobre os diversos posicionamentos políticos e propostas jurídicas, ainda que estas venham a ser abordadas em diversos momentos. Deste modo, expressões como “mulher prostituída” e “trabalhadora do sexo” foram excluídas por emitirem um posicionamento bastante claro, exceptuando em momentos de transcrição direta de fontes bibliográficas ou de citações das entrevistas. Assim, será considerado como prostituição a venda de atos sexuais, em troca de dinheiro ou bens materiais.

O estudo foca-se na área metropolitana de Lisboa, adotando uma abordagem qualitativa que permite uma análise profunda das histórias de vida das entrevistadas. Dada a escassez de investigações que exploram as histórias de vida dessas mulheres no contexto português, esta pesquisa visa preencher uma lacuna importante na sociologia e contribuir para uma compreensão mais humanizada dos seus caminhos até à – e na – prostituição.

Assim, o estudo está dividido em três capítulos. O primeiro, “Fundamentos Sociológicos: Desconstruindo o Fenómeno da Prostituição”, proporciona uma conceptualização teórica e contextualiza a prostituição dentro de debates políticos, sociais e económicos, que moldam a compreensão e as políticas sobre o tema. Assim, o capítulo inicia-se com uma análise da polarização ideológica entre as posições que defendem a prostituição como trabalho sexual e as que consideram esta atividade uma forma de exploração e violência. É também abordado o impacto da propagação do vírus do VIH/SIDA nas décadas de 1980 e 1990 na perceção, e consequente aumento da estigmatização das mulheres em situação de prostituição.

A análise continua com a identificação de fatores que moldam os caminhos das mulheres até à prostituição, tais como a pobreza, disfunção familiar, o consumo de drogas, entre outros. Além disso, é também discutido o conceito de *trapping*, evidenciando as co-dependências entre fatores financeiros, emocionais e sociais que impedem a saída da prostituição. Por último, é abordada a violência a que as mulheres estão expostas e feito um enquadramento legal, apresentando os diferentes modelos de criminalização e legalização.

O segundo capítulo, “Percursos de Investigação: O Contexto Nacional e Abordagem Metodológica”, fornece um enquadramento sobre a evolução e situação legal da prostituição em Portugal, destacando a ausência de regulamentação específica e os efeitos dessa lacuna na vida das mulheres envolvidas. O texto analisa o contexto legal ambíguo, onde a prostituição não é diretamente penalizada, mas o lenocínio é criminalizado. Através de dados de estudos existentes, como o projeto PREVIH, é feita uma caracterização demográfica e económica preliminar dessa população,

sublinhando a escassez de estudos abrangentes em número de pessoas inquiridas e o impacto de estigmas sociais. Em último lugar, é feita a descrição da abordagem metodológica do estudo, baseada na realização de quatro entrevistas em profundidade a mulheres que já se encontraram, ou ainda encontram, em situação de prostituição. Essas entrevistas, conseguidas na sua maioria com o apoio institucional do GAT e das Irmãs Oblatas, visam explorar as trajetórias de vida e os fatores que conduziram estas mulheres ao envolvimento na prostituição, oferecendo um olhar pessoal e profundo sobre os seus contextos e experiências.

Por último, no terceiro capítulo, intitulado de “Entre vidas e vozes: Uma análise dos caminhos até – e na – prostituição”, é feita uma análise de conteúdo às entrevistas realizadas, onde é possível identificar que os caminhos destas mulheres foram impactados, acima de todos os outros fatores, por vivências de pobreza, dinâmicas familiares e conjugais tóxicas e consumo de droga. Adicionalmente, é também feita uma análise aos rendimentos auferidos por estas mulheres na prostituição, bem como gastos, estratégias de proteção face à possibilidade de serem vítimas de violência e a permanência nesta atividade de economia paralela.

## I. Fundamentos Sociológicos: Desconstruindo o Fenômeno da Prostituição

A discussão sobre prostituição tem sido feita com base em diferentes posicionamentos políticos, tanto por organizações da sociedade civil como por acadêmicos, mas principalmente, por grupos ligados à luta pelos direitos das mulheres, sendo este tema muitas vezes fraturante (Schulze, Canto, Mason, e Skalin, 2014), nomeadamente dentro do movimento feminista.

Esta divisão sente-se de forma imediata na forma como as diferentes autoras se referem a esta atividade, bem como no discurso das instituições, organizações, movimentos sociais, entre outros. A título de exemplo, Mac e Smith (2018), autoras a favor da descriminalização/legalização, defendem os termos “trabalho sexual” e “trabalhadores/as do sexo”, cunhados pela prostituta e ativista Carol Leigh em 1978, na medida em que este indica que o indivíduo considera que vender sexo é ou pode ser considerado trabalho. Oliveira (2020) partilha a mesma conceção e acrescenta que a adoção desta expressão tem por princípio minimizar o estigma associado à palavra “prostituição” e enfatiza as questões laborais em detrimento dos pressupostos morais.

Contrariamente, Farley e Kelly (2000: 52), autoras a favor da abolição da prostituição, acreditam que o uso deste termo oculta a violência da prostituição e implica uma escolha vocacional, argumentando que “(...) aceitar mulheres prostituídas como “trabalhadoras comerciais do sexo” acarreta consigo aquilo que, em qualquer outro contexto, seria descrito como assédio sexual, exploração sexual ou abuso sexual.” Neste contexto, ambas as conceções apresentadas espelham duas posições ideológicas acerca da prostituição: a da regulamentação/legalização e a da abolição, respetivamente, que serão posteriormente estudadas.

Enquanto fenómeno, as décadas de 1960 e 1970 impulsionam fortemente o escrutínio de que a prostituição viria a ser alvo. Inicialmente, esta atividade era encarada como um problema de ordem pública, moral e médica. Contudo, a componente da preocupação médica intensificou-se na década de 1980, devido à propagação do vírus da SIDA, o que fez com que a prostituição entrasse com maior projeção na agenda social e política, o que resultou numa maior marginalização das mulheres que se prostituíam, bem como uma responsabilização das mesmas pela transmissão da doença, apesar de nos anos seguintes se ter provado que apenas uma pequena percentagem era seropositiva, principalmente devido ao consumo intravenoso de drogas. Mesmo as mulheres que eventualmente contraíram o VIH/Sida, ficou provado que a fonte da infeção eram os seus maridos e namorados. Simultaneamente, foi também nesta década que o discurso pró trabalho sexual se intensificou, bem como a exigência da sociedade para que a prostituição de rua fosse controlada, num contexto fortemente marcado pela declaração de guerra às drogas e ainda a preocupação com o tráfico humano e o aumento visível no número de mulheres migrantes e menores envolvidas na prostituição (Matthews, 2008).

Phoenix (1999) e Matthews (2008) defendem que perante a preocupação do ponto de vista da saúde pública, o papel das organizações que foram criadas nesse contexto, acabou por reforçar alguns estigmas face à população que se prostituía, tais como a responsabilidade da propagação do vírus da SIDA residir na mulher que se prostitui e no seu corpo – e não nos seus clientes, maridos e namorados. Ora, teria sido “de esperar que a posição política dominante tivesse sido a de tentar reduzir o número de pessoas envolvidas na prostituição. Mas muitas das organizações recém-criadas, não estavam particularmente interessadas em desencorajar os clientes. (...) embora admitissem que as prostitutas representavam pouco risco em relação à transmissão do VIH, advertiram que sem vigilância contínua havia um perigo real de que o VIH pudesse afetar tanto as prostitutas como os seus clientes.” (Matthews, 2008: 16). Também os fundos das organizações não eram diretamente atribuídos às mulheres que se encontravam nesta atividade para sua proteção, mas sim às organizações pela proteção dos clientes, sem incluir um combate real e preocupação pela melhoria de políticas públicas (Phoenix, 1999). Este tipo de conduta retirou qualquer responsabilidade sanitária aos clientes, maioritariamente homens.

Apesar de não existir qualquer contradição entre reduzir o número de pessoas na prostituição e incentivar a práticas sexuais seguras de quem se mantém na mesma, à medida que se foi chegando à conclusão de que as mulheres prostitutas não eram a fonte primária de infeção e transmissão do VIH/Sida e o pânico social diminuiu, também o financiamento destas organizações foi diminuindo. Assim, foram forçadas redefinir o seu papel e objetivos – começaram por disponibilizar vários tipos de apoio e posteriormente adotaram o papel de representantes das mulheres em situação de prostituição, e como consequência, acabaram por rejeitar a abolição e regulamentação da prostituição, advogando por uma abordagem mais liberal de redução de danos (Matthews, 2008).

A discussão acerca da prostituição intersecciona-se, também, com questões de tráfico humano e migração, na medida em que o aumento de mulheres estrangeiras na prostituição é reflexo da mudança das dinâmicas globais de migração, bem como das problemáticas associadas ao multiculturalismo, a mudança das comunidades, a globalização, o crime organizado e as preocupações com a segurança nacional dos Estados. Em 2006, Ward e Gillan concluíram que 80% das mulheres que se prostituíam no Reino Unido eram oriundas da Europa do Leste, Sul de África e Sudoeste Asiático.

Ademais, a interseção entre estes temas tem sido maior alvo de atenção devido ao facto da indústria do sexo se estar a tornar um fator de peso nas economias internacionais; ao crescimento da velocidade de circulação de pessoas entre fronteiras, a disparidade económica entre países ricos e pobres, o problema global da feminização da pobreza e, por último, a maior ligação entre o crime organizado e o tráfico de pessoas (Ward e Gillan, 2006; Matthews, 2008). No contexto da União Europeia, é apontado o dedo às políticas neoliberais que têm fomentado desemprego, os cortes e desinvestimento nos apoios sociais e das severas políticas de imigração.

Em uma última nota para reflexão sobre a participação de mulheres migrantes na prostituição, é importante recuperar as noções teóricas apresentadas por Zygmunt Bauman (1998). Sendo os tempos atuais caracterizados, em parte, pela separação do erotismo da reprodução e amor romântico, estimulando a satisfação de desejos sexuais por si só (Matthews, 2008), Bauman (1998: 21) evidencia que numa cultura pós-moderna de “*no strings attached*”, isto é, de relações sem compromisso, esta tendência torna possível “entrar e sair de qualquer associação conforme a sua conveniência, porém é também fácil ficar refém de forças ansiosas por explorar os seus poderes sedutores.” Não obstante, apesar desta “sexualidade plástica” (Giddens, 1992) ser encorajada, é essa mesma cultura que condena veemente tratar o outro como um objeto sexual, particularmente mercantil. Ora, conforme as mulheres se integram cada vez mais no mercado de trabalho e conquistam direitos enquanto cidadãs e consumidoras, acaba por haver uma recusa natural e justa, em serem tratadas como objetos sexuais e estarem à mercê da satisfação dos desejos sexuais masculinos (Bauman, 1998; Matthews, 2008). Por consequência, a procura pelo tal “sexo de plástico” de um lado, e a luta pela igualdade de direitos das mulheres do outro, criou uma divisão – divisão essa que está a ser preenchida “por mulheres estrangeiras que não são vistas como “nossas” esposas e filhas, e que, devido ao seu estatuto de imigrante, não estão atualmente em condições de se qualificarem como cidadãs plenas com os respectivos direitos” (Matthews, 2008: 19).

Seguindo esta linha de caracterização política e social que impulsionou a um aprofundamento no estudo e na reflexão sobre a prostituição, torna-se fundamental identificar o estado da arte no que se refere aos fatores que influenciam a trajetória de vida das mulheres até à prostituição.

#### Trajetórias até à – e na – prostituição

Dentro das distinções que são feitas entre fatores predisponentes e facilitadores ou entre fatores contextuais e situacionais, aparenta ser consensual na literatura que o envolvimento na prostituição implica uma complexa interseção de variáveis que são praticamente impossíveis de dissociar umas das outras, ainda que possam ter pesos diferentes entre si (Matthews, 2008; Cobbina e Oselin, 2011; Phoenix, 1999). A prostituição no feminino está desenhada como uma estratégia de sobrevivência de género, assente no pressuposto de que estas mulheres percecionam a sua vida com oportunidades extremamente limitadas para alcançarem estabilidade material, económica e social.

O primeiro fator, amplamente defendido e tido como potenciador de todos os outros na entrada na prostituição, é a pobreza. Muitas vezes associada a situações de carência económica, é a condição material para o envolvimento na prostituição que com maior frequência surge nos estudos sobre a mesma. Phoenix (1999: 73) argumenta que na sociedade contemporânea, ser mulher significa estar envolvida em inúmeras situações de risco – “de negociar e calcular inseguranças, incertezas, custos, potenciais danos e benefícios.” Apesar das várias conquistas das últimas décadas, a desigualdade de género continua a ser parte estruturante da pobreza e dependência económica das mulheres em relação aos homens – sejam estes familiares ou companheiros/namorados/maridos.

Vários fatores de diferenciação, e consequentemente de isolamento social, tais como a idade, a etnia, a preferência sexual, entre outros, combinam-se com a realidade material e de classe de cada mulher, permitindo que algumas mulheres consigam atenuar o seu risco de pobreza, enquanto para outras, que combinando os fatores anteriormente referidos, tal exercício deixa de ser possível.

No contexto da pobreza sentida pelas mulheres, “a indigência forçada pelo Estado provocada por viver em benefícios da segurança social, a censura social que estruturou a sua experiência de monoparentalidade, (...) a possibilidade sempre presente de serem vítimas de desalojamento ou de uma crise habitacional” (Phoenix, 1999: 76), bem como a baixa escolaridade, poucas competências laborais e trabalhos precários e mal pagos – o envolvimento na prostituição acaba por ser a única oportunidade de sobrevivência, na medida em que as circunstâncias anteriormente referidas se apresentam como barreiras ao exercício de uma cidadania plena, seja no sentido legal do termo ou no sentido mais lato da cidadania social (Phoenix, 1999).

Não obstante, nem todas as mulheres pobres recorrem à prostituição. Matthews (2008) sugere que a resposta está na ideologia sexual, que sustenta a estrutura da prostituição: as mulheres oferecem sexo em resposta à procura dos homens. Esta ideia baseia-se no estereótipo de género de que os homens têm necessidades sexuais insaciáveis e, uma vez que a prostituição nos seus moldes mais tradicionais envolve mulheres que atendem homens, o autor argumenta que a entrada na prostituição ocorre dentro desse contexto de ideologias sexuais dominantes e relações de género, às quais as pessoas aderem consciente ou inconscientemente.

Existem fatores imediatos que influenciam a decisão de entrar na prostituição, como crescer em contextos disfuncionais e o impacto de maus-tratos, abusos e negligência infantil. Cobbina e Oselin (2011) identificam que muitas mulheres que entram na prostituição em tenra idade foram vítimas de violência severa, incluindo abuso sexual e violência doméstica. Algumas veem a prostituição como uma forma de se rebelar ou recuperar controlo sobre os seus corpos, enquanto outras associam a atividade ao ganho de poder e dinheiro. Além disso, em certos meios, a prostituição é vista como algo normal e até glamoroso. Matthews (2008: 67) destaca que “o abuso ou negligência de crianças é um importante precursor para a entrada na prostituição (...), que pode ser vista como uma continuação e adaptação do abuso experienciado na infância.”

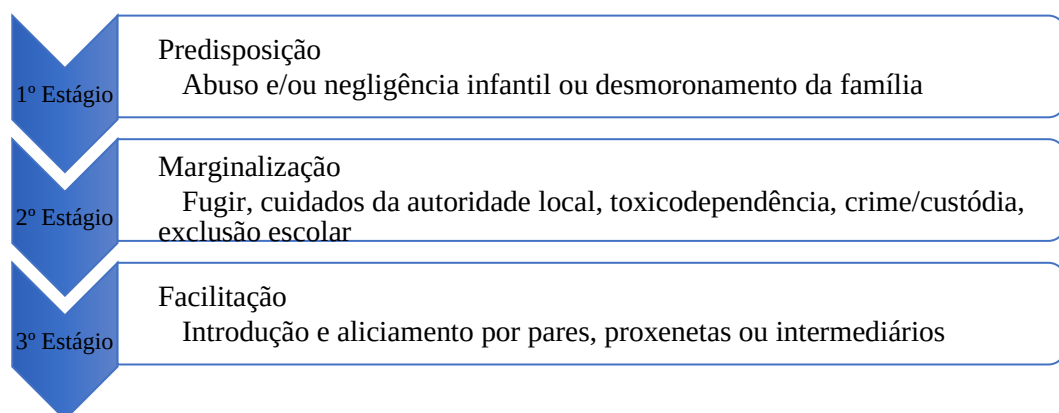
Outra dimensão de crescer em lares disfuncionais e violentos é fugir de casa e/ou ser institucionalizada. Ambas são sintomas de abuso e negligência infantil e é possível afirmar que quem foge de casa e/ou é colocado nestas instituições tendem a ser crianças e jovens que foram sistematicamente negligenciadas e/ou violentadas. No entanto, a literatura aponta que, em vez de oferecerem o cuidado necessário, as instituições frequentemente transformam-se em ambientes que facilitam o envolvimento em atividades criminosas e/ou desviantes, incluindo a prostituição (Matthews, 2008; Cobbina e Oselin, 2011). A institucionalização, além de marginalizar, promove o isolamento social e cria redes de contacto que aumentam a vulnerabilidade à prostituição (Matthews, 2008).



Também a monoparentalidade feminina, que embora não sendo necessariamente sinônimo de um lar disfuncional, pode resultar de situações como a violência doméstica, em que a mãe é, geralmente, a vítima, ou o abandono do pai. Este tipo de família está frequentemente associado à pobreza feminina, sobretudo devido às dificuldades que as mulheres enfrentam para encontrar e manter um emprego formal. Ser mãe solteira tende a ser uma experiência empobrecedora e estigmatizada, especialmente em casos em que a criança tem ascendência não branca, sendo vistas como famílias "perigosas" e alvo de exclusão social. A combinação de pobreza e marginalização leva muitas mulheres, em situações de extrema necessidade, a recorrer à prostituição como forma de subsistência em que conseguem dar uma resposta rápida a necessidades imediatas (Phoenix, 1999).

Outra dinâmica que pode influenciar uma mulher a entrar na prostituição é a pressão de pares e a existência de uma pessoa proxeneta, normalmente um homem. Esta acontece em contextos comunitários, de vizinha e/ou de institucionalização. No que à pressão de pares concerne, esta acontece quando as mulheres se envolvem na prostituição porque é algo que é comum no seu meio e existe uma partilha de experiências que acaba por fazer com que se influenciem umas às outras a participar nesta atividade (Cobinna e Oselin, 2011). Acerca da existência de proxenetas, esta dinâmica tende a acontecer quando a mulher é ainda jovem, e a pessoa que virá a ser o seu proxeneta, já está próximo de si, dando assim início a um processo de aliciamento – espaços institucionais tendem a ser mais propícios a que isto aconteça. A pessoa sabe reconhecer quando é que uma mulher se encontra mais vulnerável e as estratégias passam por se aproximar, criar dependência emocional e também dependência de consumo de drogas, para que possam controlar e manipular a mulher. O incentivo ao consumo de drogas é particularmente sádico, uma vez que é feito com o intuito de viciar as mulheres e usar esse mesmo vício para as manter motivadas a prostituírem-se e, consequentemente, enquanto proxenetas, lucrar com isso (Matthews, 2008; Phoenix, 1999).

Atualmente torna-se crucial refletir sobre o modelo de três estágios das trajetórias que conduzem à prostituição, proposto por Matthews (2008). Sobre o mesmo, importa referir que nem todas as mulheres passarão pelas três fases, mas uma grande percentagem passará por pelo menos duas, na sequência descrita.



*Figura 1 – Modelos dos três estágios*

Resumindo tudo o que tem vindo a ser exposto, esquematizar a análise feita permite mapear as trajetórias de vida de mulheres que estejam ou tenham estado em situação de prostituição e identificar os principais processos envolvidos. Este esforço de analisar os caminhos até à prostituição é também útil para ultrapassar o problema da estrutura e da agência – isto é, é possível reconhecer que as pessoas fazem escolhas, mas que as estruturas e restrições relativas a estas escolhas têm um peso determinante.

O consumo de drogas é também uma realidade comum na vida das mulheres que se prostituem, estando sobretudo associado à entrada na prostituição na idade adulta. Além de ser referido que o incentivo ao consumo de drogas é uma estratégia frequentemente usada por proxenetas para manter as mulheres na prostituição, esta atividade pode igualmente ser vista como uma forma de sustentar a dependência, independentemente da existência de intermediários. Por outro lado, a literatura documenta que algumas mulheres entram na prostituição por outros motivos e acabam por recorrer às drogas como mecanismo de sobrevivência, ajudando-as a lidar com os desafios mais difíceis da atividade, como o estigma, a vergonha e os encontros violentos (Matthews, 2008; Cobbina e Oselin, 2011).

Nas palavras de Matthews (2008: 87), “O envolvimento no consumo de drogas pesadas é considerado significativo a este respeito porque aumenta a vulnerabilidade e a marginalização das mulheres e também as suas necessidades por uma quantia considerável de dinheiro rápido. Simultaneamente, o uso de drogas pode moderar as tensões, pressões e dificuldades de envolvimento na prostituição. Existe, contudo, o perigo de se dar demasiada importância ao uso de drogas como processo independente e para ignorar as suas ligações com as histórias pessoais e estilos de vida das pessoas envolvidas na prostituição.” Cobbina e Oselin (2011) também fazem referência às histórias de vida e estilos de vida das várias mulheres que entrevistaram no seu estudo, destacando que muitas das mulheres com hábitos de consumo já haviam sido previamente expostas a essa realidade, quer em contextos familiares, quer comunitários.

Embora se reconheça que ter um emprego é a principal estratégia para evitar situações de pobreza, torna-se cada vez mais evidente que empregos precários, em vez de oferecerem proteção, são uma fonte de pobreza. Além disso, é amplamente reconhecido que estes trabalhos mal remunerados e com condições inadequadas são predominantemente ocupados por mulheres. No estudo conduzido por Phoenix (1999), as mulheres entrevistadas possuíam baixas qualificações académicas, pouca formação profissional e limitadas competências interpessoais, resultando em empregos formais restritos a funções não qualificadas nos setores da restauração, comércio e retalho – sempre com salários baixos, sem contratos e, por conseguinte, com pouca segurança, estabilidade ou oportunidade de progressão na carreira. Devido a estas condições, os empregos não ofereciam uma solução eficaz para enfrentar a pobreza, agravada ainda mais com o nascimento do primeiro

filho, que interrompia a carreira das mulheres e as afastava do mercado de trabalho até o filho entrar na escola. Esta pausa deixava-as dependentes de companheiros ou de apoios sociais parcos e prejudicava as suas perspetivas de futuro profissional. Além disso, o historial criminal ligado à prostituição excluía muitas delas de oportunidades de emprego, reforçando o estigma e a vergonha (Phoenix, 1999). Assim, as mulheres em situação de prostituição, viram nesta atividade uma forma de fazerem face às suas “muito limitadas e restritas oportunidades legítimas de trabalho com a atração de ganhar dinheiro através da prostituição, onde os "salários" eram vistos como muito mais elevados do que aqueles que podiam obter em trabalho legítimo, onde não haviam entrevistas e processos de recrutamento, onde as condições de emprego eram efetivamente autorreguladas e os ganhos eram pagos imediatamente, e os rendimentos eram influenciados apenas pelas limitações físicas de cada mulher. Em suma, em comparação com o ganho de dinheiro através de um emprego formal, o envolvimento na prostituição foi visto como uma opção bastante atrativa” (Phoenix, 1999: 81).

No que às limitações dos apoios da segurança social diz respeito, é possível dizer que, desde a sua criação, o sistema de segurança social tem sido estruturado com base na noção de família, pressupondo que cada indivíduo faz parte de uma unidade familiar onde os rendimentos são igualmente partilhados entre todos os membros (Cook, 1987; Phoenix, 1999). Originalmente, a segurança social e os respetivos subsídios foram concebidos para compensar alguma incapacidade dos homens de sustentarem as suas famílias. Embora este pressuposto tenha evoluído nas últimas décadas, a vulnerabilidade das mulheres à pobreza e as dificuldades que enfrentam no acesso a esses apoios, particularmente enquanto mães solteiras, continuam sem alterações significativas. Nas décadas de 1980 e 1990, com a implementação de políticas neoliberais, os indivíduos foram incentivados a não depender de subsídios estatais e a criar suas próprias redes de segurança. No entanto, isso deixou as mulheres, especialmente as trabalhadoras e mães solteiras, em situação de grande vulnerabilidade, já que os empregos disponíveis não pagavam o suficiente para permitir poupanças (Millar, 1997). Além disso, o trabalho doméstico, ainda predominantemente realizado por mulheres, continua a não ser remunerado (Phoenix, 1999). Assim, muitas mulheres, ao tentar evitar o estigma associado à dependência dos escassos apoios da segurança social, acabam por aceitar múltiplos empregos mal remunerados, depender dos parceiros ou recorrer a atividades ilegais para suprir as lacunas financeiras. Esta instabilidade aumenta a sua exposição a ambientes e relações violentas, muitas vezes conduzindo ao envolvimento na prostituição, que por sua vez acaba por representar também uma saída imediata desses ambientes e uma maior capacidade de corresponder às necessidades dos seus filhos (Phoenix, 1999).

Segundo Phoenix (1999: 89), "Estudos sobre habitação demonstram que o acesso das mulheres à mesma é mediado e garantido principalmente pelas suas relações com determinados homens, devido a 1. as formas como as ideologias e práticas de diferenciação sexual posicionam homens e mulheres de forma distinta em termos de práticas económicas, acesso à segurança social, entre outros, e 2. ao modo como as políticas e práticas habitacionais são estruturadas dentro de uma

ideologia dominante de “familialismo” (Watson e Austerberry, 1986; Coleman e Watson, 1987; Pascall, 1986; Sexty, 1990”. As relações das mulheres com os homens podem representar tanto uma fonte de segurança habitacional como de insegurança. A principal causa da situação de sem-abrigo entre mulheres está frequentemente relacionada com experiências de violência doméstica ou o fim de uma relação. As desigualdades estruturais de gênero, ainda evidentes no acesso das mulheres a direitos básicos como a habitação, forçam-nas a ponderar entre os riscos de permanecerem em relações abusivas e o perigo de se tornarem sem-abrigo (Phoenix, 2000). Sintetizando, o envolvimento na prostituição como resposta a um momento de crise habitacional surge principalmente da necessidade de escapar a relações violentas e enfrentar dificuldades económicas. Para muitas mulheres, a prostituição representa uma forma de resolver a falta de habitação, libertar-se de relações abusivas e garantir um rendimento independente para sustentar a própria casa (Phoenix, 1999; Phoenix, 2000).

#### *Trapping e permanência na prostituição*

O conceito de “*trapping*” pressupõe que “uma vez envolvidas na prostituição, muitas mulheres se encontram presas numa série de dependências que as atraem e tornam mais difícil a possibilidade de sair” (Matthews, 2008: 76).

Independentemente dos fatores que influenciam o envolvimento das mulheres na prostituição, é possível afirmar que, em síntese, o que liga as suas trajetórias é a procura por independência e compensação económica. Contudo, apesar de a entrada na prostituição estar associada a uma tentativa de progresso, a literatura revela que muitas mulheres acabam por ficar presas nesta atividade, transformando a prostituição numa ameaça à sua própria sobrevivência (Phoenix, 1999; Matthews, 2008; Cobbina e Oselin, 2011). Como refere Phoenix (1999: 100), “As condições sociais, materiais e ideológicas que circunscreveram as vidas (...), estruturando a sua pobreza, a sua ostracização social e comunitária e a sua dependência dos homens ou da assistência social do Estado, levaram-nas a ver a prostituição como um caminho e uma estratégia realista (e bem-sucedida) para alcançar a independência, a segurança financeira e habitacional e novas redes sociais. Mas havia um paradoxo (...). Ora, enquanto a descreviam [a prostituição] como um meio para alcançar a estabilidade económica e social, também a descreviam como uma “armadilha” que circunscrevia ainda mais as suas vidas e trazia ainda mais pobreza, ostracização comunitária, exploração, abuso, dificuldades habitacionais, dependência de homens, e assim ameaçava a sua sobrevivência social, material e por vezes física.”

Numa fase inicial, a prostituição agrava a situação das mulheres que já vêm de condições precárias, uma vez que é necessário investir em coisas como preservativos e encontrar um local seguro para desempenhar esta atividade. Embora isso seja semelhante a começar qualquer outro emprego, as dificuldades habitacionais, ser mãe solteira e depender de subsídios deixam-nas sem recursos financeiros de apoio, sem rede de segurança. A aplicação de multas e ações judiciais,

relacionadas com a prostituição, varia consoante a legislação de cada país ou região, mas pode gerar custos adicionais significativos. Para ilustrar esta dinâmica, Phoenix (1999: 106) apresenta o testemunho de Andrea, de 27 anos: “O sistema esmaga-te. Porque o estás a fazer [envolver-te na prostituição], és presa, vais a tribunal, recibes uma multa. Tens de continuar para pagar a multa.... Fica-se presa no sistema. Vais trabalhar, ganhas o teu dinheiro, és presa, és multada, tens de voltar ao trabalho para pagar a multa, depois recibes outra multa. É apenas um círculo vicioso em que se fica preso durante anos.”.

Também a ideia de "dinheiro fácil", associada à prostituição, é enganosa e faz parte das dinâmicas empobrecedoras da atividade. Embora o dinheiro obtido possa ser semelhante ou superior ao de um emprego considerado legítimo, ele raramente tem valor prático, já que a prostituição é uma atividade ilegal e/ou estigmatizada. Assim, o rendimento serve apenas para necessidades imediatas; se uma mulher tentar obter um empréstimo, comprar uma casa ou adquirir um cartão de crédito, não o conseguirá com o dinheiro ganho da prostituição. A origem do rendimento afeta diretamente o poder de compra (Phoenix, 1999). Adicionalmente, viver com dinheiro em mãos e sem poder declarar a sua origem impede o acesso a benefícios de um emprego formal, como baixa por doença, feriados ou férias remuneradas. Também não poder depositar esse dinheiro numa conta bancária e criar uma estratégia de gestão e poupança faz com que o dinheiro seja gasto tão rapidamente quanto é ganho, o chamado “*easy come, easy go*”. Matthews (2008) também observa que o consumo de drogas pode influenciar a permanência das mulheres na prostituição, pois o vício, além de precisar ser satisfeito, afeta as suas competências sociais e relacionais. Resumindo, “No seu conjunto, os encargos financeiros adicionais do envolvimento na prostituição, a prática de impor multas por delitos relacionados com a prostituição e o mito do "dinheiro fácil" representam riscos reais para as mulheres envolvidas na prostituição. As entrevistadas falaram da prostituição como uma armadilha financeira que cria mais problemas e riscos, e não como um meio de assegurar a sobrevivência económica e social e a estabilidade. Certamente a realidade dos aspetos empobrecedores da prostituição estão em contradição direta com a representação da prostituição como proteção contra a pobreza” (Phoenix, 1999: 109).

## Violência

As mulheres envolvidas na prostituição são frequentemente vítimas de violência. Dittmore (2010) explica que esses ataques podem ser cometidos por pessoas que se fazem passar por clientes, cuja motivação pode ser tanto a violência física quanto o roubo dos ganhos dessas mulheres. Outros agressores, autodenominados “vigilantes”, justificam os ataques com o argumento de proteger a moral da comunidade. Associações de moradores também costumam perseguir mulheres em situação de prostituição, especialmente as que trabalham nas ruas, através de campanhas de “segurança comunitária”. Essas estratégias incluem o assédio, tirar fotografias das mulheres e dos veículos dos clientes, e acionar a polícia para intimidar (Dittmore, 2010). Chamar a polícia pode ser ainda mais

prejudicial, já que a literatura mostra que estas mulheres muitas vezes são vítimas de violência policial, incluindo agressões verbais, físicas e até sexuais (Phoenix, 1999; Dittmore, 2010). Perante tais riscos, é possível afirmar que a prostituição envolve sérias ameaças à segurança. Não obstante, muitas mulheres resistem à ideia de abandonar essa atividade, pois “A violência repetida a que tinham sido sujeitas alterou profundamente a forma como se viam a si próprias e ao mundo. (...) A prostituição tornou-se uma armadilha que destruiu o seu bem-estar emocional e ameaçou a sua sobrevivência” (Phoenix, 1999: 123).

### Enquadramento legal

O enquadramento legal da prostituição influencia diretamente as condições em que esta atividade é realizada e regula (ou não) o trabalho sexual (Dittmore, 2010). Segundo Oliveira (2020), as políticas nesta área tendem a ser moldadas por perspetivas morais e ideológicas, com pouca consideração pelos impactos na saúde, segurança e condições de vida das pessoas envolvidas. As respostas legais refletem essas posturas ideológicas e estão divididas em duas abordagens principais: descriminalização/legalização e criminalização.

A descriminalização/legalização parte da premissa de que o envolvimento na prostituição “surge a partir de uma escolha pessoal, é um indicador do empoderamento das mulheres e é um negócio acordado entre adultos que consentiram e estão no mesmo patamar de poder.” (Mathieson, Branam e Noble, 2016: 378). Esta abordagem regula a prostituição através da aplicação de leis laborais que legalizam atividades como o proxenetismo, a gestão de bordéis e a venda de sexo. Países como a Holanda, Austrália e Nova Zelândia, que têm políticas de índole neoliberal, optaram por este modelo, promovendo a indústria do sexo e regulamentando-a com medidas de saúde e segurança no trabalho. Isso inclui garantir o fornecimento de preservativos, promover práticas de sexo seguro e exigir exames médicos e análises ao sangue regulares, embora esta última medida seja criticada por sobrecarregar as mulheres com a responsabilidade da saúde pública (Dittmore, 2010; Mathieson, Branam e Noble, 2016).

Dittmore (2010) salienta que a descriminalização é a abordagem preferida pelas organizações defensoras dos direitos dos trabalhadores do sexo, pois o encarceramento não oferece benefícios a essas pessoas e pode limitar as suas oportunidades de futuro. De acordo com Lancet (1996) descriminalizar a prostituição pode reduzir o assédio policial e permitir que as mulheres encontrem bordéis licenciados e mais seguros. Donegan (1996) acrescenta que, devido à clandestinidade da prostituição, as mulheres tendem a ser ainda mais estigmatizadas e vulneráveis à violência.

Por outro lado, Farley e Kelly (2000) argumentam que a descriminalização facilitaria o acesso dos homens às mulheres e normalizaria a comercialização do sexo, sem reduzir o trauma e a humilhação de que as mulheres são alvo. Raymond (2004: 320) destaca que, embora a legalização da prostituição tenha como objetivo principal tirar as mulheres das ruas, muitas preferem continuar nesse ambiente para evitar o controlo de proxenetas, “que, em sistemas de prostituição legalizados,

se transformam em empresários”, e o isolamento de serviços de apoio que as acompanham na sua atividade e podem apoiar na saída da prostituição.

A criminalização, por sua vez, visa grande parte das dimensões da prostituição, como a exploração de bordéis, proxenetismo, e a própria prostituição, sendo as mulheres as principais alvo de punição, e não os clientes (Mathieson, Branam e Noble, 2016). Consequentemente, são as mulheres que estão na rua que têm mais problemas com a polícia do que as que se encontram noutros locais mais resguardados. Esta situação deixa mulheres racializadas e/ou migrantes particularmente vulneráveis, dado que vários estudos já provaram que os seus rendimentos são menores quando em comparação com os rendimentos obtidos por mulheres de ascendência europeia. Por conseguinte, estas podem sentir necessidade de atender um maior número de clientes para compensar a disparidade étnico-racial de que são alvo, o que culmina numa maior probabilidade de serem presas pela polícia (Ditmore, 2010).

Não obstante, dentro da criminalização, existem países/regiões que procuram criminalizar apenas os clientes. Deste modo, estar envolvida na prostituição não constitui um crime, porém os clientes ou outras pessoas envolvidas podem ser punidos (Oliveira, 2020). É exemplo disso o modelo nórdico, que reconhece a prostituição como violência de género e uma consequência da desigualdade social, política e económica e defende que as mulheres têm uma maior suscetibilidade de se envolverem na prostituição devido à sua vulnerabilidade social. Este modelo, fundado pela Suécia e adotado por países como Islândia, Canadá e França, baseia-se numa agenda social-democrata que rejeita a exploração de desigualdades sociais como uma oportunidade de mercado (Mathieson, Branam e Noble, 2016). Ditmore (2010) argumenta que a abordagem de criminalizar os clientes não ajuda as trabalhadoras do sexo a escapar de situações de insegurança e pode inibir os clientes de prestar assistência, uma vez que podem temer represálias. A autora também defende que a violência a que estas mulheres estão expostas pode ser mitigada quando elas podem recorrer à justiça sem o receio de serem presas ou ignoradas pelas autoridades. Além disso, ela aponta que essas mulheres são frequentemente vítimas de violência policial, dado que os agentes se sentem impunes para maltratar pessoas não protegidas pela lei.

Por fim, é importante notar que, mesmo entre as próprias pessoas que se prostituem, há divergências quanto à natureza e posicionamento perante esta atividade. Algumas relatam experiências violentas e inseguras, enquanto outras sentem que não são ouvidas devido a preconceitos e estereótipos sobre a prostituição (Schulze, Canto, Mason e Skalin, 2014). Conforme Ditmore (2010: 99) conclui, “Aqueles que têm opiniões divergentes sobre o trabalho sexual partilham interesses comuns. Grupos abolicionistas e defensores dos direitos das/os trabalhadoras/es do sexo podem encontrar terreno comum em iniciativas que aumentem a segurança, os direitos e as condições de trabalho, especialmente no que se refere à capacidade de procurar justiça em casos de abuso. (...) Apesar das filosofias divergentes, ambos os grupos recomendam fortemente a eliminação da perseguição estatal às trabalhadoras do sexo”

Resumindo, é possível depreender a complexidade do fenómeno da prostituição, enfatizando as divergências nas abordagens políticas e sociais que envolvem o tema, desde a descriminalização e legalização, até à abolição, conforme discutido por autores como Mac e Smith (2018) e Farley e Kelly (2000). É também de extrema importância compreender a interseção entre prostituição, pobreza e desigualdade de género, através do destaque feito sobre como as mulheres percecionam a sua vida mediante um conjunto limitado de opções, vendo na prostituição uma estratégia de sobrevivência face à vulnerabilidade, contextos de precariedade laboral, económica e social de que são alvo (Phoenix, 1999; Matthews, 2008). Do ponto de vista sociológico, o conceito de *trapping*, que se traduz na permanência na prostituição das mulheres, é igualmente importante, na medida em que fatores como a dependência das drogas e a violência se apoiam mutuamente na dificuldade que criam às mulheres para que estas possam sair da prostituição (Ditmore, 2010; Phoenix, 1999). Além disso, o capítulo evidencia a dinâmica de "*trapping*" e a permanência na prostituição, onde fatores como dependência de drogas e violência não apenas perpetuam o ciclo de exploração, mas também dificultam a saída da atividade (Ditmore, 2010; Phoenix, 1999). Por último, as considerações sobre o enquadramento legal da prostituição revelam que políticas inadequadas podem intensificar a marginalização das mulheres, que frequentemente enfrentam violência tanto de clientes como de instituições que deveriam protegê-las (Oliveira, 2020; Ditmore, 2010).



## II. Percursos de Investigação: O Contexto Nacional e Abordagem Metodológica

### A legislação em Portugal

Em Portugal, não existe legislação específica que regule a prostituição ou o trabalho sexual. Desde 1983, a atividade deixou de ser penalizada, mas o lenocínio é criminalizado de acordo com o Artigo 169º do Código Penal, que prevê: “Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição é punido com pena de prisão.”<sup>1</sup>. Este enquadramento legal tem sido alvo de críticas por parte de associações e cientistas sociais que defendem os direitos dos trabalhadores sexuais. Segundo Ramalho (2010), o país vive num “limbo legal”, onde o trabalho sexual não é propriamente legal, mas também não é ilegal. A ausência de regulamentação específica revela o fracasso das abordagens anteriores e perpetua o estigma, a discriminação e a precariedade em várias áreas, como saúde, segurança e condições de trabalho dos trabalhadores do sexo (Ramalho, 2010: 13). A situação em Portugal é singular: a prostituição não é criminalizada, mas a procura e o incentivo à mesma são, o que demonstra uma intenção abolicionista, o que poderia posicionar o país mais próximo do modelo nórdico. No entanto, a falta de debate público e políticas concretas reflete-se também nesta área, uma vez que o Estado não parece interessado em criar estratégias nacionais de prevenção e/ou proteção dessa população.

Em resposta a essa inação, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres apresentou uma proposta de estratégia nacional focada na prevenção e apoio à saída da prostituição. A estratégia é composta por cinco eixos de intervenção: prevenção, para mudar mentalidades sobre sexualidade, abolir a exploração sexual e deteção de vulnerabilidades comuns nas trajetórias de vida das mulheres em situação de prostituição; consciencialização, para desconstruir mitos e estereótipos; criação e melhoria de serviços de apoio; responsabilização, mudando a lei e garantindo uma maior eficácia da mesma; e, finalmente, valorização e capacitação, garantindo apoio individualizado às mulheres que desejam sair da prostituição (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021). Confirmando o posicionamento abolicionista, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), considerada a principal entidade governamental nesta matéria, classifica a prostituição como uma “forma de violência contra as mulheres. Para além de ser um problema social complexo, é também uma violação dos direitos humanos. A prostituição e o tráfico estão diretamente relacionados com situações de exclusão, de natureza económica, social, humana e psicológica. Estão também intimamente ligados a outras indústrias de exploração sexual, como a pornografia” (CIG, 2021: 179).

Apesar do forte posicionamento abolicionista destas organizações, não há consenso entre todas as associações que trabalham com esta população. Por exemplo, a Rede sobre o Trabalho Sexual, composta por projetos de intervenção com profissionais do sexo e académicos, defende “os

---

<sup>1</sup> Retirado de: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=1171373](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1171373), a 17 de outubro de 2022.

direitos dos trabalhadores do sexo e promove a ideia de que “trabalho sexual é trabalho” (Oliveira, 2018: 208). Da mesma forma, o Grupo de Ativistas em Tratamentos (GAT) partilha também esta visão, afirmando que é necessário reconhecer o trabalho sexual nas suas diversas formas e dignificar as pessoas que o exercem. O GAT destaca que o estigma e a discriminação “têm um impacto negativo nas condições de trabalho, na saúde, na segurança e na sua vida pessoal.” A visão que perpetua uma imagem vitimizante “é discriminatória, simplista, e não reconhece a capacidade de escolha de mulheres, homens ou pessoas transgéneros livres que optam por se dedicar a esta atividade. Esta leitura redutora, não ilustra a esmagadora maioria dos casos e apenas mantém na marginalidade, reforça o estigma e os episódios de discriminação sobre estas pessoas” (GAT, 2018).

### Caracterização da população

No que diz respeito à informação disponível sobre esta população, é importante destacar que “Não há estimativas credíveis sobre o número total de profissionais do sexo e estabelecimentos sexuais comerciais em Portugal, tanto a nível regional quanto nacional. Embora não existam estatísticas oficiais relacionadas com a prostituição, as investigações científicas e os dados provenientes de vários projetos de intervenção oferecem alguns números a este respeito. A maioria dessas investigações são, contudo, localizadas e parciais, não realizando avaliações quantitativas nem buscando generalizar os resultados” (Oliveira, 2018: 209).

O GAT, através do projeto PREVIH (2009-2013), de abrangência nacional e com o objetivo de avaliar a prevalência do VIH e os fatores comportamentais e sociais associados à infeção entre homens que têm sexo com homens e trabalhadores/as do sexo, conseguiu reunir a maior amostra de pessoas em situação de prostituição – 707 no total, das quais 683 são mulheres. Embora o estudo tenha focado questões sociodemográficas e comportamentos sexuais, não aborda as origens sociais dos/as participantes. Apesar disso, alguns dados revelam-se significativos: “68% das participantes têm idades entre os 26 e os 45 anos, 49,2% possuem nacionalidade estrangeira, 42,2% têm escolaridade de nível secundário ou superior, e 83,6% não estão empregadas” (Gama, 2014: 5). Quanto aos rendimentos, “25,6% dos entrevistados relataram uma receita mensal inferior a €500, 35,2% situam-se entre €500 e €1.000, 23,4% entre €1.000 e €2.000, e 15,8% afirmaram ganhar mais de €2.000 por mês” (Oliveira, 2018: 210). Embora o estudo não tenha separado os rendimentos por género ou identidade, oferece uma visão de que a prostituição tende a proporcionar rendimentos superiores aos do emprego formal, embora também se reconheça que as mulheres estrangeiras auferem valores mais baixos (Ditmore, 2010).

Os estudos realizados no contexto nacional, além de serem escassos, tendem a focar-se apenas nos aspetos subsequentes ao envolvimento na prostituição, caracterizando demograficamente a população e investigando questões relacionadas à saúde e rendimentos. Apenas recentemente, em 2021, foi realizado um estudo diagnóstico sobre mulheres em situação de prostituição em Lisboa,

coordenado por Maria José Núncio e desenvolvido no âmbito do projeto EXIT, promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Este estudo incluiu a participação de 24 mulheres, explorando as suas histórias de vida (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021).

A investigação corroborou várias teses sobre o envolvimento na prostituição, identificadas no primeiro capítulo desta dissertação, como a influência de famílias disfuncionais<sup>2</sup>; violência sexual (17% das mulheres relataram ter sido vítimas de abuso sexual); exposição a contextos de vizinhança marcados pela pobreza, exclusão social e criminalidade; carência económica (apenas 13% das mulheres indicaram ter boas condições económicas na família de origem); baixa escolaridade (58% das participantes revelaram não ter mais do que o 9º ano de escolaridade); e empregos precários e mal remunerados<sup>3</sup>.

Em suma, a caracterização da população de mulheres em situação de prostituição em Portugal revela uma complexa interseção de fatores sociais, económicos e pessoais, que moldam as suas experiências e trajetórias de vida. O estudo que foi dinamizado pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2021), evidencia que a maioria dessas mulheres provém de contextos familiares disfuncionais, com alta incidência de violência, negligência e abuso, o que, somado a condições de pobreza e falta de oportunidades de emprego considerado legítimo, contribui para o seu envolvimento na prostituição como uma forma de sobrevivência. Além disso, a análise das características demográficas, providenciada pelo estudo do GAT, aponta para uma predominância de mulheres de nacionalidade estrangeira e com baixas qualificações, indicando que a prostituição pode ser percebida como uma alternativa financeira, apesar de sua precariedade e dos riscos associados, como a violência e a estigmatização (Oliveira, 2018). Assim, compreender as dinâmicas que envolvem essa população é crucial para a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão social e o respeito pelos direitos humanos, abordando as necessidades específicas dessas mulheres e combatendo as desigualdades estruturais que as afetam.

---

<sup>2</sup> “Relativamente às interações familiares, regista-se uma prevalência significativa (83% das entrevistadas) de relações desequilibradas, associadas a negligência, violência, quadros depressivos ou outras perturbações mentais, além de abusos sexuais” (p. 57)

<sup>3</sup> “As baixas qualificações escolares e a ausência de formação profissional (...) justificam os empregos indiferenciados, precários e com remunerações baixas, referidos por 75% estas mulheres, sobretudo no setor dos serviços (domésticos, restauração e comércio), mas também na indústria ou na agricultura. A precariedade e os baixos salários combinam-se na criação de trajetórias profissionais erráticas, com mudanças frequentes de emprego e sucessão de períodos de emprego/desemprego. Quando verificam que os salários não são suficientes para o seu sustento e/ou das suas famílias ou ficam em situação de desemprego, estas mulheres acabam por recorrer à prostituição como tentativa de superar essas dificuldades.” (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2021, p. 67).

## Objeto de estudo

Como mencionado anteriormente, ao recolher informações sobre mulheres em situação de prostituição, percebe-se uma lacuna nos estudos acerca das suas origens sociais, sendo que a questão mais próxima desta área, incide sobre a nacionalidade das pessoas entrevistadas. Assim, o foco deste estudo será precisamente esse: realizar uma caracterização social das mulheres que estejam ou já estejam estado em situação de prostituição/trabalho sexual, com ênfase nas trajetórias de vida que as conduziram ao envolvimento nesta atividade.

O estudo sobre a prostituição é repleto de divergências, e os fatores que justificam o envolvimento nesta atividade não são exceção. Conceição Mendes, assistente social da IPSS abolicionista "O Ninho", argumenta que não há uma única causa para a entrada na prostituição, mas sim uma combinação de fatores emocionais, psicológicos e experiências de infância ou adolescência, que resultam na naturalização da violência vivida e sua aceitação na prostituição. Para ela, trata-se de uma continuidade de violência, onde não há verdadeira escolha devido à falta de alternativas<sup>4</sup>. Já Alexandra Oliveira, defensora do trabalho sexual, afirma que a prostituição é uma escolha motivada pela necessidade de obter dinheiro de forma mais rápida e em maior quantidade, algo que outras profissões, dadas as habilitações literárias dessas mulheres, não proporcionariam<sup>5</sup>.

Em virtude do que foi exposto, o objetivo desta pesquisa é contribuir para o debate e chegar a um resultado o mais verdadeiro possível, sem alienar instituições/pessoas por terem determinada agenda e, desejavelmente, ir ao encontro de algumas conclusões já alcançadas.

## Metodologia

De modo a cumprir o objetivo proposto e conforme referido anteriormente, foi tomada a decisão de realizar um estudo exploratório, procurando contactar e entrevistar mulheres que já tenham estado ou ainda estejam em situação de prostituição ou trabalho sexual, na região de Lisboa. Para tal, foi possível contar com o apoio do GAT, associação pró trabalho sexual, e Irmãs Oblatas, IPSS de apoio a mulheres que se tenham ou estejam a prostituir, cujo posicionamento perante a atividade é neutro. Uma entrevista foi conseguida através de contactos pessoais. Foi feita a tentativa de ter o apoio d'O Ninho, porém esta IPSS, por questões de privacidade e proteção das suas utentes, não se mostrou disponível para apoiar neste sentido.

O método de investigação escolhido foi a realização de entrevistas em profundidade a estas mulheres. Foi elaborado um guião, que foi partilhado com as instituições e pessoas envolvidas, para aprovação prévia do mesmo. Apesar da existência de um guião, houve liberdade para as entrevistadas se expressarem para além do que estava a ser questionado e serem elas também a conduzirem a entrevista, como costuma ser característico destes momentos (Quivy & Campenhoudt, 1995;

---

<sup>4</sup> Retirado de <https://www.delas.pt/prostituicao-o-ninho/atualidade/301952/> a 29 de outubro de 2022

<sup>5</sup> Retirado de <https://www.jn.pt/domingo/a-prostituicao-e-uma-escolha-1347916.html/> a 29 de outubro de 2022

Bryman, 2001). Deste modo, o guião da entrevista assentou entre em dois principais eixos: as trajetórias de vida até à prostituição e a vivência da mesma.<sup>6</sup>

Foram realizadas quatro entrevistas e, por questões de proteção do anonimato, os nomes doravante mencionados, serão fictícios. Assim sendo, as entrevistas contaram com a colaboração e disponibilidade da Filipa (51 anos), da Maria (58 anos), da Inês (41 anos) e da Dulce (64 anos). À exceção de Dulce, que é de nacionalidade brasileira, todas as mulheres são portuguesas e cresceram na área metropolitana de Lisboa.

A Filipa, de 51 anos, cresceu numa família de tipologia nuclear com filhos, sendo das irmãs mais novas. Do ponto de vista socioeconómico, foi identificado pela própria em contexto de entrevista, que não existiam problemas estruturais neste âmbito. Nem existiram episódios de violência, de abuso, e ou/de negligência e consumo de drogas. Era uma família com uma vivência tranquila, de classe média – ambos os pais trabalhavam em empregos estáveis, e bem remunerados para a época. No entanto, foi o divórcio dos pais que fez com que Filipa tivesse deixado a escola – apesar do esforço dos mesmos em incentivar Filipa a concluir os estudos – e recorrido a comportamentos de absentismo, sendo que só em idade adulta completou a escolaridade obrigatória. A entrada na prostituição e historial de consumo de substâncias acontece posteriormente, e Filipa não reconhece que o abandono escolar tenha influenciado tanto a entrada na prostituição, como o consumo de drogas – diz que tal só aconteceu porque era a irmã mais nova e acabava por privar bastante com a irmã, que sendo mais velha, a levava para saídas à noite com os seus amigos, também mais velhos, e que neste contexto foi introduzida a realidades diferentes da sua e daquilo que era comum na sua faixa etária. Esteve na prostituição, primeiro em contexto de rua e depois em quartos alugados, durante 15 anos, dos 30 aos 45 anos.

A Maria, de 58 anos, cresceu também numa família nuclear com filhos, tendo mais dois irmãos. Já o seu contexto socioeconómico é manifestamente diferente de todas as entrevistadas, na medida em que reconhece que sempre viveu num meio privilegiado, numa família que a própria refere como “burguesa”. O pai pertencia às forças de segurança e a mãe era doméstica, supostamente para ter tempo para criar e educar os filhos, mas Maria refere que tal nunca aconteceu, “Eu ia de limusine para a escola. A minha mãe tocava o sino e as criadas vinham. Eu nunca fui educada pela minha mãe, eram sempre amas que dormiam em casa.” A Maria sempre frequentou os melhores colégios, mas foi com o falecimento do pai, quando esta tinha 15 anos, que do ponto de vista comportamental, adotou comportamentos tidos como desviantes. Antes os seus pais tinham-se separado e a Maria e os irmãos ficaram com a mãe. Quando Maria tinha 15 anos, o pai falece de cancro, “e foi nessa altura que começou o inferno – comecei com as drogas, prostituição, prisão, tudo.” Com a sua partida, restou-lhe a mãe, que Maria identifica como uma pessoa fria, que não sabia dar amor aos filhos, e que inclusive era verbal e fisicamente agressiva. Aos 15 anos começou a

---

<sup>6</sup> O guião completo das entrevistas pode ser encontrado nos anexos.

consumir, aos 17 foi expulsa de casa pela mãe devido aos consumos. Abandonou a escola por volta dessa altura, sendo que foi a partir do momento em que começou a consumir que o seu percurso escolar foi seriamente impactado. Maria refere que fazia por infringir as regras do colégio, de modo a ser proibida de ir a casa. Esteve na prostituição, em contexto de rua e em situação de sem-abrigo durante grande parte desse período, durante 15 anos, dos 17 aos 33 anos. Apesar de ter conseguido superar todas as adversidades, viu-se obrigada a emigrar para França, devido à crise de 2008 e recomeçar, mais uma vez, do zero.

Inês, de 41 anos, é a única das entrevistadas que ainda se encontra na prostituição. Foi criada pela avó até aos 10 anos, mas a partir dessa idade, até aos 24, foi viver com a mãe, e aí foi “criada num sistema de violência”, por parte da mesma, que Inês caracteriza como sendo uma pessoa bastante violenta, e que a agrediu inúmeras vezes. Tem uma irmã mais nova, que sempre foi mais bem tratada, sem ter sido alguma vez alvo de agressões físicas. Vivência de violência doméstica em contexto de família de origem de tipo monoparental, com vários momentos de violência financeira, em que a sua mãe ficava com todo o dinheiro que conseguia auferir dos seus trabalhos não relacionados com a prostituição. Deu continuidade aos estudos, mas por vontade própria, uma vez que refere que a mãe não demonstrava qualquer interesse no seu sucesso ou insucesso escolar. Ainda que com interrupções por breves períodos, está na prostituição há 14 anos, sempre em contexto de quartos alugados.

Por último, a Dulce, de 64 anos, cresceu numa família de tipologia nuclear com filhos, no interior rural do Brasil. Pode-se dizer que integrou uma família numerosa, na medida em que tinha mais 7 irmãos. Família de origens pobres, que ia tendo filhos para que estes pudessem ajudar no trabalho na “roça”, sendo que nunca houve grande intenção de que estes frequentassem a escola – e, neste sentido, existia uma dinâmica de género, uma vez que as filhas completavam ainda menos anos de escola que os filhos. Adicionalmente, a dinâmica familiar caracterizava-se por ser bastante violenta: o pai agredia, com bastante intensidade, a mulher – e mãe de Glória – e restantes filhos. Eram frequentes os castigos físicos e manifestamente desproporcionais ao que os filhos tinham feito. Dinâmica típica de violência doméstica, em que o pai é o perpetrador e em resposta a sentimentos de frustração e carências materiais, à sua incapacidade de ser o “homem provedor”, descarregava em quem tinha ao seu redor. Esteve na prostituição, em quartos alugados, durante 2 anos, dos 60 aos 62 anos.

### III. Entre vidas e vozes: Uma análise dos caminhos até e na prostituição

Procedendo à análise das diferentes dimensões abordadas nas entrevistas, serão recuperadas as noções discutidas no primeiro capítulo da presente dissertação, tais como: a pobreza; a disfuncionalidade das famílias das mulheres entrevistadas; a pressão exercida por pares e/ou proxenetas; o consumo de drogas; as dificuldades de integração no mercado de trabalho formal; a limitação dos apoios sociais; o fenómeno do *trapping* e o seu impacto na permanência na prostituição; a violência e a percepção da legalidade desta atividade, bem como a autoimagem destas mulheres enquanto pessoas que participam ou já participaram na prostituição e/ou trabalho sexual.

#### Diferentes manifestações de pobreza

Embora a pobreza seja um fenómeno multifacetado, não se manifestando apenas como carência económica, nas entrevistas realizadas não foi estabelecida uma relação direta entre a vivência de pobreza e a entrada na prostituição, contrariamente ao defendido por Phoenix (1999), que sugere que a pobreza é o principal fator que impulsiona esta atividade.

Apenas Dulce relatou ter vivido uma juventude marcada pela escassez de recursos, resultando em privação, como a falta de dinheiro dos pais para alimentar os filhos de forma adequada e o uso da mão-de-obra dos filhos como garante da subsistência alimentar da família. Ainda assim, e entrevistada não vê essa vivência como a razão para o seu envolvimento na prostituição.

Inês, por outro lado, embora não tenha sentido pobreza quando entrou na prostituição, recorreu a esta atividade como forma de contornar uma falha no acesso à saúde pública. Após o nascimento do primeiro filho, com um problema que o Serviço Nacional de Saúde não conseguiu solucionar, e trabalhando num emprego precariamente remunerado – com um salário mínimo nacional de, na altura, cerca de quatrocentos euros –, encontrou na prostituição uma solução imediata. A flexibilidade em decidir quanto tempo trabalhava e o pagamento instantâneo tornaram esta atividade uma opção atrativa. Este caso desafia a ideia convencional de pobreza, sugerindo uma reflexão mais profunda sobre como a precariedade laboral – em que as mulheres são desproporcionalmente afetadas (Phoenix, 1999 e Phoenix, 2000) – e a falta de serviços estatais adequados podem empobrecer as pessoas e desproteger as suas famílias. Inês e o marido estavam ambos empregados, mas os dois salários, somados à ausência de respostas de saúde pública adequadas, e aos custos de habitação, não foram suficientes para evitar a mudança de direção na sua trajetória profissional.

Não obstante, se as carências vividas por Inês e Dulce antes de entrarem na prostituição não determinaram, segundo as próprias, o envolvimento nesta atividade, o cenário muda quando analisamos a trajetória de vida destas mulheres após o envolvimento na prostituição. No caso de Filipa e Maria, em particular, este percurso mostra-se mais crítico, principalmente devido ao

consumo de drogas, fator ainda mais predominante. Esta observação confirma a teoria de Matthews (2008), Cobbina e Oselin (2011) e Phoenix (1999), que defendem que o envolvimento na prostituição resulta de uma intersecção de fatores interdependentes, impossíveis de isolar, ainda que variem em impacto e relevância. Filipa e Maria relataram que o período na prostituição, aliado ao consumo de drogas, foi o mais vulnerável e empobrecedor das suas vidas. Maria descreve esse momento como “um período de miséria absoluta”, uma vez que não havia acesso aos mais básicos direitos, tudo o que recebiam era gasto em droga, pelo que a preocupação com a saúde, habitação, entre outros, ficava para segundo plano. Ainda que a um nível não tão profundo, também Dulce refere que mesmo estando na prostituição, não era suficiente para viver uma vida desafogada – aos 64 anos, encontrava-se a partilhar quarto em Lisboa com uma amiga.

### Disfuncionalidade familiar e conjugal

No que ao contexto familiar diz respeito, ainda que com contextos socioeconómicos diferentes, todas as entrevistadas cresceram e/ou experienciaram em algum momento, dinâmicas disfuncionais, no seu seio doméstico. Neste contexto, “disfuncionalidade” refere-se às dinâmicas familiares, a situações de violência, abuso ou negligência e/ou consumo de drogas, não estando por isso relacionado com a situação socioeconómica de cada agregado familiar, pelo contrário – as entrevistas mostram-nos que ambientes tóxicos não são exclusivos de classes sociais mais baixas. Assim, e contando um pouco a história de cada uma das entrevistadas, será feita, em primeiro lugar, uma contextualização dos lares em que estas cresceram e viveram até terem entrado na prostituição.

A Filipa, que conforme foi anteriormente referido, cresceu numa família cujo contexto socioeconómico e relacional, era estável e que, de acordo com a própria, “Não tínhamos problemas estruturais. Os meus irmãos estão muito bem na vida, a minha mãe também teve uma vida boa. O meu pai também ganhava bem, apesar de ter falecido cedo” e defende que o envolvimento, primeiro no consumo de drogas e, posteriormente, na prostituição, “foi uma coisa que aconteceu no meu trajeto. Na altura era uma menina, era a caçula, queria era desporto e não me faltava nada. Fui naquele caminho com a minha irmã, comecei a fumar ganzas e a snifar cocaína. Entretanto ela saiu devido a um problema de saúde, mas eu continuei.” Filipa acrescenta: “Eu costumo de dizer que já vivi as duas faces da moeda. De um lado, uma vida muito boa, conheci a Europa toda e os meus filhos mais velhos também.” Saiu de casa aos 17 anos, para se juntar com o homem que viria a ser o seu marido, todavia “Ao fim de 14 anos [de casamento], o meu marido tem um acidente de camião e tem morte imediata. Foi aí que vi o quão agarrada estava. Perdi o meu marido, casa e estive prestes a perder os meus filhos. Falei com a minha família, fui honesta com eles pela primeira vez sobre ser toxicodependente e isso para eles foi uma vergonha. A minha irmã ficou com dois dos meus filhos, a minha sogra ficou com outro, se não tinham sido todos institucionalizados.”

Por sua vez, Maria identifica com bastante clareza que cresceu num lar sem amor, e que foi isso que a levou, em primeiro lugar ao consumo de drogas e, posteriormente, ao envolvimento na



prostituição. Conforme anteriormente indicado, Maria cresceu numa família de classe alta, mas onde faltava a atenção, carinho e amor de ambas as figuras parentais. Com um pai ausente, e uma mãe “Que eu hoje percebo que deu o amor que sabia dar, porque na altura não percebia. Ela batia, ela gritava, ela estava descompensada”. Conta que o caminho que traçou para si, diz respeito à “Miséria que estava a sentir. Sentir que a minha mãe não me via. Não me dava atenção. Até que um dia reparei que a minha mãe via um sem-abrigo na rua ou um toxicodependente e fazia um reparo, “Olha que disparate!” “Que horror!” Bom... E na minha cabeça, o que é que acontece? “Mas ela olha para eles e vê que eles existem”. E se eu for como eles? Ela vai-me ver. (...) Até que chego ao dia em que fiz 15 anos, lembro-me perfeitamente, saí, fui ter com uma amiga minha e essa minha amiga tinha droga e foi a partir daí que comecei a consumir drogas – pólen, cristal, cocaína.”

A comunidade, a vizinhança e as amizades, foram também identificadas como fatores facilitadores ao envolvimento no consumo de drogas e na prostituição, “No bairro onde cresci, ainda que eu fosse de uma família de classe alta, os meus amigos eram só drogados e putas. E a primeira vez que consumi foi de facto no meu colégio”. Aos 17 anos engravidou, e saiu de casa da mãe, mas conforme o seu primeiro marido se revelou bastante agressivo e violento, voltou à casa da mãe, para pouco tempo depois voltar a sair a convite da própria mãe, e deixar a filha com a mesma, “Dei a minha filha à minha mãe, tive o bom senso de dizer que preferia as drogas e deixava a minha filha. Eu lembro-me de ir muitas vezes ao Casal Ventoso com a minha filha comprar drogas, e lembro-me de ver muitas mães a injetarem-se com os filhos ao lado e nessa altura, ainda tive lucidez para dizer que não podia ser.” Foi viver sozinha para o Casal Ventoso, quando este era constituído por barracas, e lá viveu durante cerca de 15 anos. A forma como Filipa e Maria navegaram a questão das drogas, e como estas foram o fator potencializador para a entrada na prostituição, será elaborado mais adiante.

A Inês também cresceu num lar tóxico e pautado por violência doméstica por parte da mãe e sem a presença do seu pai biológico – a monoparentalidade feminina foi anteriormente identificada por Phoenix (1999) como fator de risco ao envolvimento na prostituição. Não obstante, refere com orgulho que ter crescido com uma mãe violenta, não fez dela uma mãe igualmente violenta para os seus dois filhos, pelo contrário. Até aos seus 10 anos viveu com a sua avó, que considera ser a sua verdadeira figura maternal. Não obstante, por motivos que não foram revelados, teve de ir viver com a mãe, dos 10 anos 24 anos – e foi neste período que começou a ser vítima de violência doméstica, por parte de uma mãe que era obsessiva, que a tratava de forma bastante diferente da sua irmã e que exercia também violência financeira, na medida em que ficava com todo o dinheiro que esta auferia dos trabalhos que tinha – não relacionados com a prostituição. Aos 24 anos, juntou-se com o pai dos seus filhos e atual marido, sendo que a dinâmica entre ambos é bastante tranquila – inclusive, o marido está a par da atividade que Inês desempenha, e não tem problemas com tal, sendo que foi também incluído quando Inês tomou esta decisão em prol do seu filho mais velho e a mantém agora

porque quer dar-lhes tudo o que puder, “Se tenho hipótese de garantir que lhes consigo dar tudo o que precisam, não vou optar por uma realidade em que deixo de poder.”

Tendo tido uma infância marcada por violência, Dulce encontrou a mesma violência nas suas relações amorosas. Cedo saiu da casa dos pais para ir viver com o seu primeiro marido, com o qual teve um filho. Este marido era bastante violento consigo, “mas com o nosso filho não. Ainda assim, comecei a perceber que apesar de não me bater, o nosso filho concordava com os comportamentos do pai, por vezes me dizia que tal situação só tinha acontecido porque eu fiz tal coisa mal” Eventualmente, por volta dos seus 40 anos, a Dulce separa-se e afasta-se destas duas figuras, tendo-se dedicado ao trabalho, com o intuito de ser autossuficiente. Aos 50 anos vem para Portugal, à procura de uma vida melhor, que de certa forma conquistou, porém aos 60 anos voltou a encontrar-se numa relação romântica abusiva, e “Foi quando essa relação terminou que decidi fazer o que fiz. Não me orgulho, mas estava muito desiludida com homens. Sentia muita mágoa e foi assim que escolhi lidar com esse desgosto.” Em virtude desta partilha de violência e relato, podemos relacionar a sua vivência com o defendido por Cobbina e Oselin (2011), na medida em que o envolvimento na prostituição resultou de uma forma de se rebelar e recuperar controlo sobre o seu corpo. É também de destacar que Dulce, em idade adulta, manteve o padrão de abuso presente nas relações da sua infância, atestando o defendido por Matthews (2008) e por Conceição Mendes, assistente social da Associação “O Ninho” (2017).

### Contextos relacionais e influência no consumo de drogas

Sobre a figura do proxeneta, que foi identificada na literatura por diversos/as autores/as, incluindo Matthews (2008) e Phoenix (1999) não se verificou a existência da mesma nas histórias de vida das entrevistadas. Contudo, no que à pressão de pares diz respeito, foi possível corroborar o que foi defendido por Cobinna e Oselin (2011), quando estas afirmaram que o envolvimento na prostituição pode estar relacionado com o meio em que as mulheres convivem, e as experiências que partilham entre si. Das quatro mulheres, Dulce admite ter-se sentido influenciada por uma amiga, a tal amiga com quem partilhava o quarto em Lisboa. Para além de identificar que os seus amigos no bairro eram só “drogados e putas”, Maria também admite que aprendeu a fumar e a consumir no colégio e com as amigas. As restantes mulheres, Inês e Filipa, ainda que não admitam uma relação causa-efeito com terem presenciado prostituição na comunidade e vizinhança em que se inseriam, identificaram que esta era uma atividade comum nos seus bairros, podendo ter sido, desta forma, um elemento facilitador que normalizou o envolvimento nesta atividade, confirmando assim, neste caso, a teoria de que existem fatores predisponentes e facilitadores ao envolvimento na prostituição (Matthews, 2008, Cobbina e Oselin, 2011 e Phoenix, 1999).

No que ao consumo de drogas concerne, diferentes pesquisas atestam que o consumo de drogas no feminino, se deve a sentimentos de ansiedade, baixa autoestima, sensação de isolamento, traumas derivados da exposição a violência doméstica e/ou abuso sexual, e depressão – enquanto em

homens o consumo inicia-se pela necessidade de fomentar um sentimento de pertença a determinado grupo (Motyka, Al-Imam, Haligowska, & Michalak, 2022). Face a uma necessidade de consumo, a rapidez com que se recebe dinheiro em troca da venda de serviços sexuais, pode influenciar o envolvimento na prostituição, uma vez que este passa a ser visto como uma forma de assegurar a satisfação da necessidade de consumir (Matthews, 2008 e Cobbina e Oselin, 2011). Ainda que com nuances diferentes, Maria e Filipa enquadram-se neste diagnóstico.

Maria contribui para esta discussão de forma bastante enriquecedora, uma vez que consegue mapear bastante bem o porquê de ter começado a consumir. Reconhece que os seus consumos se devem a algo ainda mais profundo do que a negligência e violência por parte da mãe a que foi exposta. Identifica com bastante clareza que tem um problema quase que hereditário de adição e, com os estudos que fez após sair da prostituição, percebeu que “O meu pai era alcoólico. Quando veio do Ultramar, veio alcoólico. E eu quando nasci, já nasci com essa doença na minha cabeça. (...) O meu azar é que eu não sou uma consumidora de drogas, não sou uma toxicodependente. Sou uma adita. Adição é uma coisa, consumir drogas é outra. (...) Eu consumo hoje, amanhã consumo mais, e depois mais e mais. Sofro de adição. (...) quando era pequenina, depois das festas que os meus pais davam à noite, eu com 3, 4 anos, ia à roda da mesa e bebia o resto dos vinhos que estavam nos copos. Isso é um comportamento de adição. Eu ia aos bolsos do meu pai e da minha mãe roubar moedas para comprar bolos, sem precisar. Eu não precisava de roubar, nós tínhamos montes de dinheiro”. Não obstante, assume que durante a sua adolescência começou a roubar objetos de casa para vender e ter dinheiro para comprar drogas, tendo chegado a roubar em lojas, feiras e centros comerciais a mando de traficantes, com o intuito de trocar os itens por droga. Recorda que, “Nos primeiros anos que usei drogas, era tudo muito fácil. Era jeitosa, tinha um corpo jeitoso, era nova, era bonita, pronto. Era fácil entrar nas lojas e roubar, não desconfiavam de mim.” Apercebendo-se destes comportamentos, a mãe de Maria acabou por a expulsar de casa e esta foi viver para o Casal Ventoso, onde começou a consumir em maior quantidade e frequência heroína e cocaína. O problema com roubar em estabelecimentos comerciais, para além das inúmeras vezes que foi detida, é que com o passar do tempo, começou a ficar conhecida pelos lojistas, feirantes e seguranças. Com cerca de 17 anos, a única alternativa que viu, foi começar a prostituir-se, “em troca de um quarto na casa deles [traficantes] ou dinheiro para pagar uma pensão em Lisboa para dormir, mas a maior parte das vezes era em troco de droga, para não ter ressaca de manhã, e isso durou anos e anos.” Por diversas vezes e em momentos em que os consumos estavam piores que o habitual, chegou a dormir nos esgotos da Avenida de Ceuta.

Refere que a prostituição era a única forma de ter dinheiro imediato – e rejeita a ideia que foi dinheiro fácil, que é um dos mitos associados à prostituição (Matthews, 2008). Essa noção de que se trata de dinheiro imediato – e não fácil – e que é isso que torna a prostituição atrativa, é também partilhada por Filipa. Maria, por ter começado tão nova o seu envolvimento no consumo de drogas e

prostituição, não teve tempo de ter qualquer outra experiência profissional, em contexto de um trabalho formal.

O mesmo já não aconteceu com Filipa, na medida em que o seu envolvimento na prostituição só se deu após a morte do seu marido, que revelou um vício do qual não tinha consciência. Filipa teve várias experiências de trabalho, todas no segundo setor, e com contrato – refere não ter experienciado precariedade laboral, ainda que não vivesse apenas do seu salário – mas foi, na ausência do seu marido, que se apercebeu que não conseguia trabalhar como antes. Tinha um vício que não era compatível com as jornadas de trabalho de 9 horas diárias, em que tinha de esperar um mês inteiro para receber – e aí, o que recebia já não era suficiente para assegurar uma casa, três filhos, e ainda o seu consumo. Sobre a sua incompatibilidade com o trabalho formal, e consequente envolvimento na prostituição, explica que “Um trabalho normal não dava para mim, eu rressacava todos os dias. O preferível ali não se pôs, teve de ser. Tu estás numa realidade completamente diferente. Eu de rressaca sou diferente. Ora tenho espasmos, ora tenho calor, frio, vomito-me... Eu borro-me, eu mijo-me. Não tinha condição para andar a trabalhar, os ossos pesam-me mais que uma tonelada. As coisas não eram como são hoje, nós não tínhamos acesso à metadona. E em Lisboa já é algo comum, mas na margem sul, que é de onde eu sou, continua a ser diferente e mais difícil. Pior então naquela altura [finais dos anos 1990]. Nem os médicos nos davam mesmo sabendo da nossa situação, sei lá porquê.”

Ainda sobre o consumo de drogas e, apesar de Inês não ter tido esta experiência, a mesma reconhece a sua incompatibilidade com trabalhos formais – não é que não deseje um para si, mas tem consciência que não consegue auferir o mesmo que na prostituição e, quando começou, dada a urgência do problema de saúde do filho, não podia esperar pelo baixo salário que iria receber no final do mês. Dulce, não só acumula esta desigualdade de empregos mal remunerados, como é ainda prejudicada no acesso ao mercado de trabalho por já ser uma mulher mais velha e migrante, ficando assim com os trabalhos mais mal pagos e precários. Aqui, existe uma intersecção de fatores de exclusão, que se alimentam uns aos outros (Matthews, 2008 e Motyka , Al-Imam, Haligowska, & Michalak, 2022).

## Estágios do percurso prostitucional

Em virtude dos testemunhos aqui partilhados, é possível dar sentido ao modelo dos três estágios, proposto por Matthews (2008), preenchido na tabela 1 em jeito de resumo dos caminhos das mulheres entrevistadas.

|        | 1º Estágio<br><b>PREDISPOSIÇÃO</b><br><i>Abuso e/ou negligência infantil ou desmoronamento da família</i> | 2º Estágio<br><b>MARGINALIZAÇÃO</b><br><i>Fugir, cuidados da autoridade local, toxicodependência, crime, problemas de custódia, exclusão escolar</i> | 3º Estágio<br><b>FACILITAÇÃO</b><br><i>Introdução e aliciamento por pares, proxenetas ou intermediários</i>                               |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FILIPA | Separação dos pais                                                                                        | Abandono escolar<br>Toxicodependência                                                                                                                | Toxicodependência e prostituição na comunidade ou vizinhança                                                                              |
| MARIA  | Separação dos pais<br>Morte do pai<br>Negligência e violência pela mãe                                    | Expulsão da escola<br>Abandono escolar<br>Toxicodependência<br>Fuga de casa<br>Violência doméstica.                                                  | Toxicodependência e prostituição na comunidade ou vizinhança<br>Aliciamento por pares<br>toxicodependentes ou em situação de prostituição |
| INÊS   | Monoparentalidade feminina<br>Violência por parte da mãe                                                  | Perda de custódia por parte da avó<br>Violência familiar                                                                                             | Prostituição na comunidade ou vizinhança                                                                                                  |
| DULCE  | Violência por parte do pai                                                                                | Saída precoce de casa com o intuito de fuga<br>Exclusão escolar<br>Violência familiar                                                                | Aliciamento por pares em situação de prostituição                                                                                         |

Tabela 1 - Modelo dos três estágios (Matthews, 2008), adaptado às entrevistadas

## Rendimentos e práticas prostitucionais

Com o intuito de dar significado, ou não, a alguns mitos associados à prostituição – neste caso, o mito de que esta é uma atividade que pode enriquecer quem nela participa – as entrevistadas foram questionadas acerca de quanto é que conseguiam receber na prostituição, e no que é que este dinheiro era gasto. Tanto Filipa como Maria, referem que a finalidade do dinheiro que conseguiam na prostituição era a manutenção do seu vício para evitar ressacas, sendo que, por este motivo, não têm noção de quanto faziam por mês. O único planeamento que conseguiam fazer era, no inverno, guardarem algum dinheiro para pagarem uma noite numa pensão, caso contrário dormiam na rua, como faziam nas restantes estações do ano, ou em casa de traficantes, como era o caso de Maria. Esta última frisa apenas que conseguia fazer bastante dinheiro, especialmente enquanto os efeitos do consumo de drogas, aliados ao envelhecimento, não se fizeram notar. Dulce gastava o seu dinheiro em despesas do dia-a-dia, tais como alimentação, passe e renda do quarto.

Inês, que ainda se encontra na prostituição, demonstra ter uma maior noção de quanto dinheiro consegue receber e como o gerir. Apesar de não trabalhar todos os dias por estar com um

esgotamento nervoso, consegue ter rendimentos líquidos “de pelo menos 1000, 1500 euros, que tiro nos poucos dias que trabalho. Mas também me mato a trabalhar para isso. Quando digo mato, dou muito de mim para poder ganhar mais ou menos isso. Se trabalhasse todos os dias, conseguia fazer o dobro, (...) por exemplo aqui há uns anos, se fosse preciso atendia 12, 13 clientes por dia. Para tal só precisava de trabalhar das 10h, 11h, até às 17h. (...) Alugo um gabinete, num apartamento em Lisboa (...) gasto, normalmente, 500 euros por mês com o espaço, com a divulgação e o meu passe e, depois em descontos, que faço questão de fazer para a minha velhice, gasto outros 150.” Ou seja, sem despesas com o gabinete, passe e descontos, Inês consegue ter de rendimentos brutos mensais, 1500, 2000 mil euros. Não tem despesas com saúde, faz análises e exames regularmente e é seguida em PrEP (profilaxia pré-exposição) no Serviço Nacional de Saúde e, à semelhança das restantes mulheres que foram entrevistadas, tudo o que diz respeito a material de prevenção e proteção, bem como testes rápidos, foi/é cedido pelas instituições disponíveis em Lisboa – instituições essas que adotaram o papel referido no primeiro capítulo, de redução de danos e prevenção da propagação do vírus do HIV/Sida (Phoenix, 1999 e Matthews, 2008).

Contudo, apesar de Maria também ter beneficiado deste apoio, o mesmo não foi suficiente para impedir que esta tenha sido infetada com HIV, “As carrinhas passavam para distribuir seringas e só davam uma, eu usava vinte. Depois, quando deixei de ter o corpo que tinha quando era mais nova e estava desprovida, física e emocionalmente, eu cheguei a pesar 31kgs, e o cliente dizia “dou-te 50 euros, mas fazemos sem preservativo”, com a adição que eu tinha, é lógico que eu aceitava, ou “dou-te 100 euros e deixas-me fazer dos dois lados, ânus e vagina”, eu aceitava. Estava doente e por isso fui infetada, não sei se por causa das seringas ou se pela prostituição.” Neste momento, refletiu também sobre como com o avançar da idade, e a degradação física do consumo de drogas, resultou em ter menos procura dos homens, o que a fazia aceitar preços mais baixos e ter mais clientes para conseguir fazer o dinheiro que fazia quando começou aos 17 anos, correndo assim também mais riscos.

O facto de as entrevistadas não sentirem uma melhoria exponencial nos seus rendimentos, nem viverem uma vida de luxo como consequência dos seus anos na prostituição, está relacionado com o tipo de prostituição que praticam e clientes que têm. Aqui, temos histórias de prostituição de rua, associadas a consumos e, as que não dizem respeito a prostituição de rua, também não aconteceram em meios altamente rentáveis, como é o caso da prostituição em contexto de acompanhantes de luxo (University of Minnesota).

### Permanência na prostituição e episódios de violência

Todas as entrevistadas, independentemente da sua perceção e posicionamento face à prostituição, que será posteriormente abordado, partilham o sentimento de que está é uma atividade violenta, cansativa, traumática, algo também amplamente reconhecido na literatura (Matthews, 2008; Ditmore, 2010; Cobbina e Oselin, 2011; Mac e Smith, 2018). Inês mencionou várias vezes que sentia um cansaço físico e emocional indescritível, Filipa diz que continua a ter episódios de stress pós-

traumático, Maria ficou com lesões no útero por ter sido violada com objetos e Dulce confessou ainda se sentir suja. Deste modo, revela-se importante refletir acerca do porquê da permanência – à exceção da Dulce, que se prostituiu durante 2 anos, a Filipa, a Maria e a Inês estiveram cerca de 15 anos nesta atividade, sendo que a última ainda se encontra na prostituição, apesar de ter tido breves períodos de interrupção quando teve noutros trabalhos.

Inês permanece nesta atividade, que identifica como um trabalho, por questões económicas e diz que só sairá quando sentir que tem um “pé-de-meia” que lhe permita dar esse passo. Reconhece não ter prazos para e que face ao custo atual de vida, talvez não esteja tão para breve quanto desejaria. Como referido anteriormente, foi tendo outros trabalhos no decorrer dos últimos anos, porém os contratos chegavam ao fim, os locais onde estava a trabalhar encerravam, então a prostituição acabou por ser sempre, neste sentido e por mais irónico que pareça, a sua opção de segurança. Acrescenta “Permaneço porque é uma forma de fazer face às despesas, só o ordenado do meu marido não chega.”

Dulce admite ter saído da prostituição porque não se identificava com o que estava a fazer e não se sentia bem. Envolveu-se na prostituição num momento muito delicado do ponto de vista emocional e julgou que conseguiria, mas o sentimento de vergonha e de repulsa, falaram mais alto. E, a bem da verdade, a única vantagem que reconheceu na prostituição, foi a flexibilidade de horários, porque a vergonha que sentia impediu-a de procurar ter mais clientes e, consequentemente, mais dinheiro. Saiu da prostituição para continuar à procura de emprego, e vai conseguindo como cozinheira ou como empregada de limpeza, mas estava, à data da entrevista, novamente desempregada. Ainda assim, voltar à prostituição é uma não questão.

Filipa abandonou a prostituição “Por cansaço da vida que tinha, do buraco em que estava. Não tinha durado muito mais tempo se tivesse continuado” Refere que assim que conseguiu deixar as drogas, deixou a prostituição. Conseguiu fazê-lo com o apoio de uma pessoa técnica da instituição que a apoiava, que a guiou até ao tratamento para os seus consumos, incentivou a terminar a escolaridade e posteriormente integrou na sua equipa, trabalhando agora com outras pessoas que já estiveram na sua situação.

Maria, é a que tem a visão mais crítica acerca da sua permanência – e de tantas outras mulheres – na prostituição e critica a ausência de apoios sociais a esta população, até porque, numa das vezes em que foi presa devido aos roubos, a mãe interveio e colocou-a numa clínica de reabilitação, onde esta conseguiu deixar de consumir definitivamente, porém criticou este programa por não a ter preparado para a saída – saiu sem emprego, sem formação escolar, sem habitação e, por esse motivo, viu-se forçada a continuar na prostituição, desta vez na zona do Intendente. Sobre esta experiência afirma, “Ainda durante as drogas, no Casal Ventoso, ia lá uma instituição falar connosco, mas só falava do consumo e em como tínhamos de tentar parar. Sobre a prostituição, nada. E depois obrigavam-nos a tomar banho para recebermos um lanche, que era um sumo e uma sandes. Eu deixei de ir, estive anos sem tomar banho. (...) Num momento de prostituição pós-drogas, tive medo de sair da prostituição mais cedo por não saber o que viria a seguir. (...) A moeda de troca que oferecem às

mulheres para saírem da prostituição, é muito baixa. Sair pelo salário mínimo não é chamativo. Eu, quando tinha o corpo bom, fazia mesmo muito dinheiro, não consigo precisar, mas bem mais do que mil euros, isto nos anos 80. E quando a gente começava a ouvir “tu podes sair, damos-te um quartinho e 200 euros para comeres, o que é que é isso? Eu pensava, “Mas então, eu quero uma casa para mim, tenho uma filha e quero reconstruir a minha vida... Quer dizer, não havia ajuda para mães solteiras, muito menos mães prostitutas com filhos, sem estudos, sem emprego. Isso não cabe na cabeça de ninguém.” Saiu da prostituição no início do milénio, com o apoio e incentivo de uma enfermeira da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que lhe arranhou um quarto e, pouco depois, conseguiu emprego como assistente social numa organização que também trabalhava com pessoas na prostituição – não tinha o diploma, mas valeu-lhe a experiência de vida.

Com o apoio à habitação e emprego, rapidamente se formou em psicologia e serviço social e atualmente continua a trabalhar com esta população, mas em Marselha e aqui salienta que “França, a nível social, é completamente diferente de Portugal. Temos muitos apoios sociais. O RSI para um casal com filhos são mil e tal euros, o que em si não é nada, mas se a pessoa não pagar casa, não pagar luz, já é muita coisa. (...) Conseguimos creches para as crianças sem que paguem, ATLS gratuitos para as crianças ficarem quando as mães ainda estão a trabalhar. Não é perfeito, mas é melhor que os 300 euros de apoio que dão em Portugal, em que a pessoa ainda tem despesas com tudo o resto.”

As partilhas de Filipa, Maria e Inês tornam obrigatório recuperar o conceito de *trapping* que, neste contexto, se caracteriza como sendo o resultado do processo em que as pessoas que estão em situação de prostituição, ficam presas em ciclos de exploração e pobreza, frequentemente exacerbado por vulnerabilidades como a dependência de substâncias, falta de acesso a recursos básicos e exposição à violência. Este termo reflete a estrutura sistémica que mantém essas mulheres dependentes da prostituição, muitas vezes sem alternativa viável para sair dela, resultando assim na prolongada exposição a contextos de risco (Garcia, 2016).

O reconhecimento de que esta é uma atividade e/ou um trabalho violento prende-se não só com as dinâmicas do dia-a-dia nesta atividade, uma vez que o que está a ser comprado é o corpo das mulheres e acaba por ser este o seu local de trabalho, mas também com a experiência real de episódios de violência (Farley e Kelly, 2000).

Filipa, apesar de não se ter envolvido na prostituição por via da existência de um proxeneta, chegou a ser agredida por outras mulheres que se prostituíam na mesma zona, a mando dos seus proxenetes, “As minhas colegas de profissão eram umas cabras, especialmente as que também consumiam. Eram muito más, viam-me como concorrência. Nunca quis trabalhar com e para ninguém, mas depois Deus castigou-me. O meu último companheiro, veio a tornar-se meio que meu chulo, por via de violência. Os outros chulos não me batiam, mas mandavam as mulheres deles bater, de modo que tinhas de andar sempre fugida ou a mudar de sítio” Identifica ainda que existiam dinâmicas de hierarquia entre as mulheres que já estavam na rua há mais tempo, perguntava se podia



ficar no mesmo sítio que elas e ter um ou dois homens. Sobre as suas interações com clientes, refere nunca ter tido problemas, ainda que uns fossem mais respeitosos que outros, conta que nunca foi agredida ou maltratada por nenhum, que sempre conseguiu impor limites – inclusive face aos que se queriam aproveitar do seu desespero para consumir e ter relações sexuais desprotegidas.

Maria partilha a mesma realidade que Filipa. Ainda que numa fase inicial na prostituição, tenha conseguido algum companheirismo e solidariedade de outras mulheres, com o desespero para evitar uma possível ressaca, esses laços depressa se desvaneceram, “A prostituição é tão violenta, que volta e meia nós fazemos mal a nós mesmas, parece que atraímos o mal também e uma pessoa não se sente bem em lado nenhum. E depois há muita competição, porque tu vais-me roubar o cliente; se estás dois metros à minha frente, ele vê-te primeiro; se és mais nova, se és mais bonita; se fazes x ou y no sexo” Ademais, foi exposta a diversos episódios de violência física e sexual; conta que uma vez foi pedir comida a uma vizinha e esta a prendeu em sua casa e chamou vários homens para a violarem; que teve uma rutura no colo do útero fruto das várias agressões sexuais de que foi alvo, incluindo algumas em que foram usados objetos e que, uma vez, acordou ensanguentada na baixa de Lisboa, com inúmeros homens ao seu redor, que a terão violado em conjunto. Para lidar com todos estes traumas, faz medicação para a ansiedade e para conseguir dormir, se não tem ataques de pânico regularmente, e é ainda acompanhada em psicologia e psiquiatria.

Inês, felizmente, tem tido uma experiência mais resguardada de episódios de violência brutais. Conta que só uma vez se sentiu verdadeiramente em perigo, quando um assaltante se fez passar por um cliente e lhe pôs uma faca de ponta e mola apontada ao pescoço, mas que teve o sangue-frio necessário para escapar à situação e chamar ajuda.

### Estratégias de segurança

Dado que a possibilidade de serem violentadas é quase um dado adquirido, todas as mulheres adotaram estratégias de segurança e mecanismos de defesa. Corroborando o sugerido por Ekman (2013), as estratégias transversais a todas as entrevistadas são a adoção de nomes falsos e não falarem, em contexto de trabalho, sobre a sua vida privada. Foram também adotadas outras medidas, tais como: não trabalharem em casas em que o senhorio é um homem; se em contexto de apartamento, trabalhar sempre com mais pessoas em casa e levantar o tom de voz se se sentirem em perigo; informarem sempre alguém da sua rede de suporte, sejam amigas ou maridos, do local onde se encontram; terem sempre o dinheiro perto de si, ainda que em sítios diferentes, para em situação de roubo, evitarem ficar sem tudo; mesmo que à base de troca de interesses, ajudarem-se mutuamente; e, havendo deslocações para fora, nunca irem sozinhas. Sanders (2001: 16) defende que estas iniciativas de autoproteção “realçam a forma como as trabalhadoras (...) usam a sua agência e tomam decisões que as retiram de um estado de vítima passiva”, demonstrando assim que estas compreendem as suas experiências e que têm aptidões para resistirem à violência.

## Percepções e atitudes

### Sobre os clientes

Face ao que foi acima referido, as mulheres entrevistadas têm percepções diferentes dos clientes com quem se envolveram. Filipa afirma que não sentia nada, e conseguiu inclusive ficar com grandes amigos. Para ela, eram apenas uma fonte de rendimento e quantos mais quisessem estar com ela, melhor. Por reconhecer que precisava deles para consumir, não lhes guarda qualquer ressentimento. Só sente raiva de todos os que a tentaram pressionar a ter relações sem preservativo e considera que esse tipo de homem é “A maior escória à face da terra, porque se estão a pedir a ti, já pediram e conseguiram de tantas outras e vão continuar a pedir, a conseguir, e a pôr a saúde das mulheres em risco”. Por seu turno, Inês, Dulce e Maria, confessam sentir nojo e repulsa dos seus clientes – em particular, Inês admite sentir uma sensação permanente de que está suja, não conseguindo equacionar a hipótese de tomar banho sem ser de água a esquentar, e Maria revela bastante ressentimento face a estes homens, que sempre se aproveitaram da miséria das mulheres para as agredir e violar, e que estes é que deviam ser punidos por estarem a tentar comprar o consentimento de mulheres que têm condições de vida deploráveis.

Falar das dinâmicas desta atividade, das violências a que estão sujeitas e da percepção que as entrevistadas têm dos seus clientes, remete-nos para uma reflexão acerca da percepção que estas mulheres têm da atividade e respetiva legalidade.

### Sobre a legalidade da atividade

Ainda que com diferentes nuances, o posicionamento das quatro mulheres está igualmente dividido entre as duas abordagens legais: Maria e Dulce têm um posicionamento abolicionista e Filipa e Inês são a favor da legalização. Ora, Dulce não tem uma postura tão politizada como Maria, porém refere que não consegue imaginar algo que foi tão humilhante para ela, ser considerado trabalho, muito menos um trabalho como qualquer outro. O sentimento de vergonha e culpa que tem por se ter envolvido na prostituição, impedem que pense na atividade de outra forma, Dulce tende a posicionar-se mais como uma vítima das circunstâncias do que alguém com agência, que tomou uma decisão informada e que consentiu aos diversos acontecimentos.

Por sua vez, Maria, ainda que hoje trabalhe com redução e prevenção de riscos, que reconhece ser uma parte fundamental da intervenção com mulheres em situação de prostituição, posiciona-se como sendo abolicionista e tem participado bastante em diversas ações e projetos pela abolição da prostituição, tendo proximidade de vários decisores políticos a nível europeu. Defende que “O meu corpo não tem preço, nem é um contrato. Já fui pelo trabalho sexual, mas, entretanto, percebi que isso era legitimar todas as violências de que fui alvo. O meu posicionamento mudou quando me mudei para Marselha, conheci a história de vida de uma mulher em particular que me marcou muito, que estava muito esgotada, cansada de ser tratada como lixo, mas que não via saída. Depois, inteirei-me que existem aqui algumas associações que ajudam a sair da rua, mas que tantas outras defendem o trabalho sexual, para as mulheres terem direito à saúde, um contrato e um recibo

de vencimento – isso, para mim, é uma aberração. Eu compreendo que muitas mulheres não queiram sair, mas não posso aceitar que a resposta dos Estados a algo que, a meu ver é exploração, é violência, seja dar um contrato às pessoas e perpetuar o seu ciclo de pobreza. Acho que é uma preocupação perigosa, o Estado não se preocupa com estas pessoas, mas não se importa de lucrar com a miséria delas.” Identifica ainda um padrão de género: a normalização do trabalho sexual acontece por causa do “lobby do dinheiro, há muita gente a lucrar com a miséria do corpo das mulheres” e que esta postura é genderizada, “Não vemos este tipo de discurso, de normalização da miséria, sobre pessoas sem-abrigo, que são maioritariamente homens”. Ambas as mulheres rejeitam o uso da expressão “trabalho sexual” e “trabalhadora do sexo”.

A favor da legalização, Filipa justifica a sua posição com “Profissão que fez parte da minha vida. Eu não via aquilo como ir para ali fazer amor, eu ia para ali, fazia o dinheiro que entendia. Chegava às 9h30 e depois ia tratar da minha ressaca. Às 14h voltava e era a mesma coisa até ao final da tarde. Devia ser tratada como uma profissão como outra qualquer, por causa dos descontos. E para dar melhores condições às mulheres. Devia ser legal como na Holanda, numa montra. Para terem acesso a exames.” E acrescenta “Sempre vi como um trabalho. Um trabalho que eu necessitava muito. Mas era um trabalho. Depois quando saí dali era outra pessoa. Estando ali, era outra pessoa”. Estes argumentos vão de encontro ao que é defendido na literatura a favor da legalização do trabalho sexual (Ditmore, 2010). É a favor do termo trabalho sexual e identifica-se como ex-trabalhadora do sexo.

Na mesma linha de pensamento, Inês desabafa que, apesar de Portugal não criminalizar quem se prostitui, não existe legalidade, “Temos de nos esconder. O que me vale é que sou portuguesa e não tenho nenhum proxeneta por trás. Devia ser legal para termos acesso à saúde, sem vergonhas. Todos os cuidados que temos, é porque andamos a bater à porta das associações. Não temos direito a uma baixa... E eu faço descontos por contra própria e não tenho direito a nada – ainda que isso aconteça noutros trabalhos, também. Estamos inseridas numa classe que não tem valor.” Defende que devia existir um esforço maior para desestigmatizar esta profissão, mas sem lhe chamar trabalho sexual – na sua ótica, é um termo demasiado “floreado” e que dá a entender que não é violento, que oculta a verdadeira realidade do dia-a-dia. Ainda que ambas sejam a favor da legalização, nenhuma pretende mobilizar-se em prol da mesma, nem juntar-se a grupos já existentes pela legalização, comprovando assim o que Oliveira (2020) sugere, no sentido em que esta é uma população, que à semelhança de tantas outras em Portugal, não se mobiliza pelos seus direitos, algo que é característico do contexto nacional.

### Sobre si próprias

Face ao envolvimento numa atividade que é tão esgotante e que pode trazer fortes impactos na autoestima e perspetivas de futuro na vida das pessoas que nela participam, a última questão da entrevista centrou-se na perceção que estas mulheres têm de si, e que planos têm para o futuro. No que à auto-perceção diz respeito, é universal o sentimento de que, por mais difícil que as suas

trajetórias tenham sido, ou estejam a ser, serem confrontadas com as diversas adversidades desta atividade, permitiu-lhes um nível de autoconhecimento que lhes garante, de certa forma, uma paz de espírito porque sabem que são resilientes e capazes de enfrentar e superar quaisquer desafios. Em relação às perspetivas de futuro, existe uma certa incerteza, Filipa refere que já viveu o suficiente para aceitar o desconhecido e ir vivendo um dia de cada vez, apesar de estar bastante satisfeita com o trabalho que tem junto de população trabalhadora do sexo e/ou toxicodependente. Inês, partilha o sentimento de incerteza, mas tem presente que irá continuar na prostituição até, principalmente a mente, lhe permitir. Dulce continuará a trabalhar nos empregos que for conseguindo e cogita a possibilidade de regressar ao Brasil. Por último, Maria afirma gostar do que faz e ter muito orgulho na sua jornada, visto que já passou por tanto e agora conseguiu ter sucesso académico, uma família, e uma estabilidade que lhe é, de certa forma, ainda novidade.

## Conclusão

O objetivo primordial desta dissertação, era conseguir estudar as trajetórias de vida das mulheres que, em algum momento da sua vida, se encontraram em situação de prostituição, e caracterizar as suas origens sociais, quem são e o que as levou a participar numa atividade com tantos riscos associados. Partindo da sensação de que esta população é representada apenas por via dos diferentes posicionamentos políticos e respetivas propostas legais, foi considerado que, o prioritário, é perceber quem são estas pessoas, a quem por vezes se impõe determinada narrativa.

A preocupação com a importância da análise dos caminhos e identificação de diferentes percursos, justifica-se pela possibilidade da “formulação de uma abordagem diferenciada e estruturada de prevenção. Sugere que as intervenções possam ser direcionadas para (...) medidas eficazes para prevenir (...) pessoas “em risco” de se envolverem na prostituição. (...) fornece a base para o desenvolvimento de um conjunto coordenado de políticas e práticas.” (Matthews, 2008: 91). Ainda que este estudo não procure um posicionamento político, conforme é sugerido por Spanger e Skilbrei (2017) que, informadas pelo pensamento feminista pós-estruturalista, as emoções de quem produz conhecimento académico e as percepções obtidas por via do trabalho de campo, terão sempre um papel fundamental na interpretação de resultados, pelo que uma das conclusões da presente dissertação remete-nos para a importância da prevenção desta atividade, que independentemente do posicionamento legal ou percepção do ponto de vista laboral de cada um, é amplamente identificada como violenta.

Ora, por via da realização de entrevistas, foi possível atestar uma série de contribuições mencionadas na revisão de literatura, realizada no capítulo “I. Fundamentos Sociológicos: Desconstruindo o Fenómeno da Prostituição”. É defendido por Phoenix (1999) que a pobreza é o fator determinante e comum à grande maioria das histórias das mulheres em situação de prostituição. Fruto das entrevistas, não se verificou um peso preponderante deste fenómeno, uma vez que só uma das quatro entrevistadas, a Dulce, relata uma infância e juventude de privação material, económica, relacional, entre outras. Não obstante, o relatado por Inês, obriga-nos a uma reflexão profunda e crítica acerca das diferentes manifestações e nuances da pobreza e em como, na ausência de uma resposta estatal no âmbito da saúde, a mesma optou por se envolver na prostituição, ainda que tivesse um trabalho e o seu marido também.

Sobre os lares em que as mulheres entrevistadas cresceram, 3 das 4 mulheres partilharam histórias de negligência e violência doméstica na família de origem. Filipa foi a única que não relatou episódios de violência, porém, aos dias de hoje, ter-lhe sido permitido sair à noite aos 13 anos com a irmã pouco mais velha, para ambientes onde aconteciam consumos, seria considerado negligência parental. Neste sentido, destaca-se o papel importantíssimo das instituições de promoção de bem-estar de crianças e jovens e das políticas públicas contra o absentismo e abandono escolar, na medida em que assim é permitida uma maior proximidade e apoio às famílias. Como consequência das

diversas dinâmicas de instabilidade, foi identificado pela bibliografia utilizada, que estas mulheres poderiam fugir de casa ou serem institucionalizadas – ambas as realidades são consideradas fatores de risco ao envolvimento na prostituição (Cobbina e Oselin, 2011), mas tal experiência não se verificou na realização deste estudo.

No que ao papel de proxenetas diz respeito, este também não foi encontrado. Talvez devido ao impacto da internet na possibilidade de divulgação através de anúncios em sites para o efeito, as mulheres já não sintam que precisam de alguém que as introduza a este meio, o que é positivo porque lhes permite ter uma experiência mais resguardada e segura, como é o caso de Inês, que recorre a estes meios para angariar clientes. Contudo, no que toca à pressão de pares, esta dinâmica foi identificada de forma direta por Maria e Dulce e, de forma indireta, através da presença de prostituição na comunidade e vizinhança, por Filipa e Inês. Ainda que estas não reconheçam ligação entre terem crescido num meio onde aconteciam práticas prostitucionais, e o seu envolvimento na atividade, esta presença tão próxima, associada à ideologia sexual das mulheres, poderá ter sido um fator facilitador ao seu envolvimento (Matthews, 2008).

O consumo de drogas foi amplamente fomentado através dos contributos valiosíssimos de Filipa e Maria, que se envolveram na prostituição de modo a evitarem ter ressacas, ainda que os seus caminhos até aos consumos tenham sido diferentes. Por um lado, o envolvimento justificado pelo contexto relacional, por outro o início dos consumos para dar resposta a um sentimento de abandono e negligência familiar (Motyka, Al-Imam, Haligowska e Michalak, 2022), associado à perceção de ausência de amor.

Sobre a relação com trabalhos considerados legítimos, foram reconhecidas incompatibilidades múltiplas. Por um lado, no caso das duas mulheres que eram consumidoras de drogas, Filipa e Maria, a prostituição tornou-se atrativa pela rapidez do pagamento – aqui, as mulheres revelam que não tinham como conseguir corresponder às pressões horárias e sociais de terem um trabalho durante oito horas diárias, em que teriam de esperar pelo final do mês para receber, visto que a sua adição não lhes permitia. Depois, a história de Inês revela-nos que, numa primeira instância, o facto de receber no imediato correspondeu ao sentimento de urgência que tinha na altura, devido ao problema de saúde do filho, e que o envolvimento na prostituição fez sentido porque conseguiria auferir um valor bem acima do salário mínimo da altura – cerca de 2010; ou seja, dadas as suas habilitações, de quem tem apenas o 12º ano e pouca experiência em trabalhos formais, Inês tem consciência de que continuaria, neste momento, a receber o salário mínimo, o que para si não faz sentido face às despesas do dia-a-dia. Estas partilhas vão de encontro ao identificado na literatura por Phoenix (1999) e Matthews (2008).

Durante as entrevistas, as entrevistadas pouco referiram a questão da limitação dos apoios sociais. Não obstante, o contributo de Maria foi bastante útil, elucidando como a ausência de apoios devidamente estruturados para mães solteiras, nomeadamente mães solteiras em situação de prostituição, prende as mulheres na prostituição. Aqui, importa salientar que não se está a mencionar

apenas apoios de cariz económico que, ainda que importantes, revelam-se insuficientes: os apoios têm de ser pensados de modo a terem estrutura e incidirem nas diversas esferas necessárias a uma vida digna, tais como o emprego, a formação educacional, a habitação, entre outros. É necessário que as mulheres sintam que as suas necessidades terão uma resposta, o que devido à “indigência forçada pelo Estado” (Phoenix, 1999: 76), não acontece.

Sobre o fenómeno do *trapping* que, condicionado pelas condições emocionais e materiais precárias, se caracteriza como sendo a perceção de que as mulheres estão presas na prostituição, justificando permanência assim a sua permanência, era esperado ter encontrado um maior peso da habitação, que só foi mencionada como “mais um fator” à permanência, e não algo preponderante, contrariando assim a dimensão sugerida pelo capítulo da revisão de literatura. O que foi amplamente identificado como fator de permanência foram os consumos de droga e a incompatibilidade com trabalhos formais e respetivos salários.

Infelizmente, a violência descrita pela literatura de Ditmore (2010) e Phoenix (1999), foram encontradas nas partilhas das entrevistadas. Quer tenha sido em jovens, ou já em idade adulta, todas experienciaram violência nas suas relações – familiares ou amorosas –, nomeadamente violência doméstica. Em contexto de prostituição, a violência é uma perceção da atividade – no sentido em que esta é uma atividade traumática, cansativa e invasiva – e também uma realidade nas suas dinâmicas do dia-a-dia, quer seja perpetrada por clientes ou por “colegas” de atividade.

Por último, foi bastante interessante compreender os posicionamentos legais das entrevistadas, o que remete este trabalho para a sua conclusão principal: a heterogeneidade desta população. Tendo sido realizadas quatro entrevistas, duas mulheres posicionaram-se contra a prostituição enquanto trabalho, e as outras duas a favor – ainda que com argumentos diferentes. Por um lado, Maria é abertamente abolicionista e Dulce, não se identificando como abolicionista, tem uma postura desfavorável à legalização da atividade para fins profissionais, em parte devido ao sentimento de culpa e vergonha que carrega consigo. Por sua vez, Filipa e Inês dizem-se a favor da legalização da prostituição como trabalho, porém Filipa rejeita os termos “trabalho sexual” e “trabalhadora do sexo”, por acreditar que este é um termo que oculta a violência e trauma inerente aquilo que a própria considera ser a sua profissão.

Devido à heterogeneidade da população, é considerado importante refletir acerca de como os discursos políticos, no âmbito dos posicionamentos legais, tendem a excluir a diversidade desta população. Coletivos abolicionistas excluem pessoas como Filipa e Inês, ao passo que coletivos pela legalização, excluem pessoas como Maria e Dulce. Os discursos deveriam ser adaptados a esta diversidade, nem recorrerem a metodologias e narrativas de “*one size fits all*”; expressões como “nada sobre nós sem nós”, muitas vezes utilizadas na mobilização social pelo trabalho sexual, assumem que o “nós” é homogéneo, quando esse “nós” está a excluir quem deseja sair da prostituição e vê a mesma como uma forma de violência e exploração que deveria ser abolida.

Para produzir uma interpretação crítica dos resultados, importa reconhecer algumas das limitações enfrentadas. Em primeiro lugar, foi bastante difícil conseguir mulheres para entrevistar, o que é compreensível. Tanto pelas associações, que têm um dever ético para com as mulheres que acompanham, muitas vezes em regime de apoio gratuito e não querem, por um lado, que estas se sintam obrigadas a retribuir o que lhes está a ser prestado. Por outro, as associações tendem a sentir também que, pedir às mulheres para participarem e corresponderem ao volume de pedidos de colaborações académicas que lhes são feitos, onde terão de dar o seu testemunho, que será sempre, inevitavelmente, invasivo, pode suscitar nas mulheres sentimentos que apesar de familiares, não são desejáveis, tais como sentirem-se usadas e devassadas do ponto de vista íntimo, sentimentos que são frequentes e comuns a quem está na prostituição, e que podem impactar a sua estabilidade emocional, por vezes já frágil. Por terem sido realizadas apenas quatro entrevistas, este estudo não garante representatividade e não é possível replicar os testemunhos, ainda que estes tenham ido ao encontro de outros estudos analisados no primeiro capítulo.

Para pesquisas futuras, seria interessante realizar um estudo deste género, mas onde o número de mulheres entrevistadas, fosse bastante mais elevado e pudesse ser associada uma componente quantitativa à componente qualitativa. Seria também interessante realizar um estudo com os homens que compram sexo, que continuam a ser desresponsabilizados de qualquer preocupação sanitária (Matthews, 2008) e Phoenix (1999), com o intuito de perceber se estes têm alguma preocupação e prática de prevenção e vigia de infeções sexualmente transmissíveis, uma vez que são as mulheres que procuram o acompanhamento de saúde e organizações de apoio que disponibilizam material de proteção.

Em suma, diante da tapeçaria de experiências que emergiram das vozes das mulheres entrevistadas, esta dissertação sublinha a urgência de uma reflexão crítica e abrangente sobre as realidades da prostituição e suas implicações sociais. A diversidade de trajetórias reveladas, marcada por ciclos de pobreza, violência e marginalização, desafia a simplificação dos discursos políticos que frequentemente rotulam esta população sem considerar as suas nuances e contextos únicos. Ao invés de relegar estas vidas a categorias de abolição ou legalização, ainda que estas apresentem contributos e perspetivas enriquecedoras, do ponto de vista da vitimação, mas também agência das mulheres envolvidas, é imperativo que reconheçamos a pluralidade de experiências e posicionamentos, assim como a necessidade premente de intervenções sociais que realmente respeitem e reflitam as complexidades das trajetórias individuais. Para além da defesa da melhoria das condições de vida das mulheres, ainda tão marcadas por contextos de desigualdade de género e de classe, é necessário um debate mais inclusivo, onde cada voz é ouvida e cada experiência valorizada. Somente através da desestigmatização e do reconhecimento da dignidade inerente a todas as mulheres, incluindo as que desempenham práticas prostitucionais, poderemos construir um futuro em que a prostituição não seja vista apenas como uma questão de moralidade, mas como um fenómeno social complexo que exige políticas sensíveis e fundamentadas na realidade vivida.



## Bibliografia

- Bauman, Z. (1998). On Postmodern Uses of Sex. *Theory, Culture and Society*, 19-33.
- Bryman, A. (2001). *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- CIG. (2015). *Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CIG.
- Cobbina, J., & Oselin, S. (2011). It's Not Only for the Money: An analysis of Adolescent versus Adult Entry into Street Prostitution. *Sociological Inquiry*, 310-332.
- Cook, T. D. (1987). Women on Welfare: in Crime or Injustice? In P. Carlen, & A. Worrall, *From Gender, Crime and Justice* (pp. 28-42). Londres: Open University Press.
- Delas. (2017, Novembro 22). *Prostituição: para O Ninho nunca é trabalho, é violência sobre a mulher - Entrevista a Conceição Mendes*. Retrieved from Delas: <https://www.delas.pt/prostituicao-o-ninho/atualidade/301952/>
- Ditmore, M. H. (2010). *Prostitution and Sex Work*. Santa Barbara, California: Greenwood.
- Donegan, C. (1996). Prostitutes can Help Prevent the Transmission of HIV. *Nursing Times*, 38-39.
- Ekman, K. E. (2013). *Being and Being Bought: Prostitution, Surrogacy and the Split Self*. Melbourne: Spinifex.
- Farley, M., & Barkan, H. (1998). Prostitution, Violence, and Posttraumatic Stress Disorder. *Women & Health*, 37-49.
- Farley, M., & Kelly, V. (2000). Prostitution. A Critical Review of the Medical and Social Sciences Literature. *Women & Criminal Justice*, 29-64.
- Gama, A. (2014). PREVIH 2012-2013. In A. e. Ser+, *Ação e Tratamentos: 2ª Conferência sobre a infeção VIH em grupos de difícil acesso, nomeadamente homens que têm sexo com homens e trabalhadores do sexo* (pp. 4-5). Lisboa: GAT/Ser+.
- Garcia, M. R. (2016). 6. Ideas and Practices of Prostitution Around the World. In P. Knepper, & A. Johansen, *The Oxford Handbook of the History of Crime and Criminal Justice* (pp. 132-154). Oxford: Oxford University Press.
- Giddens, A. (1992). *On the Transformation of Intimacy*. Cambridge: Polity Press.
- Lancet. (1996). (Editorial) Buying Sex, Safely. *The Lancet*, 38.
- Mac, J., & Smith, M. (2018). *Revolting Prostitutes: The Fight For Sex Workers Rights*. Londres: Verso.
- Madail, E. (2009, Agosto 30). *"A prostituição é uma escolha" - Entrevista a Alexandra Oliveira*. Retrieved from Jornal de Notícias: <https://www.jn.pt/domingo/a-prostituicao-e-uma-escolha-1347916.html>
- Mathieson, A., Branam, E., & Noble, A. (2016). Prostitution Policy: Legalization, Decriminalization and the Nordic Model. *Seattle Journal for Social Justice*, 367-428.
- Matthews, R. (2008). *Prostitution, Politics and Policy*. Nova Iorque: Routledge.
- Millar, J. (1997). Gender. In A. Walker, & C. Walker, *Britain Divided: The Growth of Social Exclusion in the 1980's and 1990's*. Londres: Child Poverty Action Group.

- Motyka, M., Al-Imam, A., Haligowska, A., & Michalak, M. (2022). Helping Women Suffering from Drug Addiction: Needs, Barriers, and Challenges. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 2-13.
- Oliveira, A. (2018). Prostituição em Portugal: Uma Atividade Marginalizada num País que Tolerava Mais do que Persegue. *Bagoas*, 201-224.
- Oliveira, A. (2020). *Less Equal Than Others: The Laws Affecting Sex Work, and Advocacy in the European Union*. Porto: European Parliamentary Group GUE/NGL.
- Phoenix, J. (1999). *Making Sense of Prostitution*. Nova Iorque: Palgrave.
- Phoenix, J. (2000). Prostitute Identities: Men, Money and Violence. *British Journal of Criminology*, 37-55.
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (2021). *5 Recomendações de políticas públicas*. Lisboa: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.
- Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. (2021). *Estudo diagnóstico sobre as mulheres no sistema de prostituição em Lisboa*. Lisboa: Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramalho, N. (2010). A Rede sobre o Trabalho Sexual: contextos e objetivos de intervenção . In A. e. VIH/Sida, *2ª Conferência sobre a infeção VIH em grupos de difícil acesso: nomeadamente homens que têm sexo com homens e trabalhadores do sexo* (pp. 13-14). Lisboa: GAT e Ser+.
- Raymond, J. G. (2004). Ten Reasons for Not Legalizing Prostitution and a Legal Response to the Demand for Prostitution. *Journal of Trauma Practice*, 315-332.
- Schulze, E., Canto, S. I., Mason, P., & Skalin, M. (2014). *Sexual Exploitation and Prostitution and its Impact on Gender Equality*. Bruxelas: European Parliament.
- Spanger, M., & Skilbrei, M.-L. (2017). *Prostitution Research in Context: Methodology, Representation and Power*. Nova Iorque: Routledge.
- University of Minnesota. (n.d.). *9.4 Prostitution*. Retrieved from Social Problems: <https://open.lib.umn.edu/socialproblems/chapter/9-4-prostitution/>
- Ward, L., & Gillan, A. (2006, Maio 30). *Sex slaves trafficked to UK: Trafficking of sex slaves to UK grows*. Retrieved from The Guardian: <https://www.theguardian.com/uk/2000/may/30/audreygillan.lucyward1>

## Anexo A – Guião utilizado nas entrevistas

1. Idade
2. Local de nascimento
3. Situação no país (regular/irregular)
4. Nacionalidade
5. Trajetórias de vida
  - a. História familiar
    - i. Caracterização dos elementos do sistema familiar (família nuclear, monoparental, alargada, etc.)
    - ii. Caracterização das interações e funcionamento interno da família
    - iii. Estilo de vida e situação socioeconómica
    - iv. Situações de violência, abuso e/ou negligência
    - v. Historial de consumo de drogas e doenças, nomeadamente do foro mental
    - vi. Relação com a vizinhança e comunidade
    - vii. Perceção da influência da história familiar na trajetória pessoal e entrada na prostituição
  - b. Percorso escolar
    - i. Nível completado (sucesso/insucesso, absentismo/abandono)
    - ii. Perceção da escola e valorização da mesma no sistema familiar
  - c. Percorso profissional:
    - i. Tipo(s) de trabalho
    - ii. Situação no trabalho (contrato/precária/sazonal/ ao dia/ intermitências e desemprego ou prostituição a tempo inteiro)
    - iii. Perceção da influência da história profissional na entrada na prostituição
6. Situação familiar atual:
  - a. Referência e caracterização dos elementos do sistema familiar (incluindo família alargada, se justificável)
  - b. Avaliação do estilo de vida e situação socioeconómica
  - c. Situações de violência, abuso ou risco
  - d. História de consumo de drogas/ doença na família
  - e. Relações entre a família, comunidade e vizinhança atual e prostituição
7. “História e trajetória” na prostituição
  - a. Razões para envolvimento
  - b. Tempo na prostituição
  - c. Permanência (sim/não, razões)
  - d. Tipo de prostituição (rua/domicílio/internet/etc.)
  - e. Opinião sobre a prostituição (questionar sobre se se identifica como trabalhadora do sexo)
8. Saúde
  - a. Existência de doença crónica/mental (ansiedade/depressão/etc.)
9. Consumos
  - a. Início de consumos (pré ou pós envolvimento na prostituição?)
  - b. Relação entre prostituição e consumos
10. Autoimagem
  - a. Descrição de si mesma antes de envolvimento na prostituição VS. após o envolvimento na prostituição
11. Necessidades sentidas
  - a. Identificação de necessidades (habitação, emprego, escolar, apoio monetário)
  - b. Ligação entre a satisfação destas necessidades e eventual saída/permanência na prostituição
12. Opinião sobre o enquadramento legal
  - a. Opinião sobre a situação atual – “É da opinião que devia ser tratado como uma profissão como as outras? Sente que devia estar mais protegida pela lei de ataques/situações de violência?”
13. Clientes
  - a. O que sente em relação a eles
  - b. Situações de violência e tipos de violência
  - c. Estratégias de autoproteção utilizadas
14. O futuro
  - a. O que gostaria de ser/fazer

## Anexo B – Parecer Comissão Ética do ISCTE-IUL



### COMISSÃO DE ÉTICA PARECER [Final] 59/2023

#### **Projeto “Trajetórias de vida de mulheres em situação de prostituição ou trabalho sexual”**

O projeto “Trajetórias de vida de mulheres em situação de prostituição ou trabalho sexual”, submetido por Raquel Lopes, foi apreciado pela Comissão de Ética na reunião de 10 de maio 2023.

A apreciação do projeto suscitou, porém, algumas reservas plasmadas no Parecer [Intercalar] 59/2023, em relação às quais a investigadora proponente vem agora prestar os esclarecimentos adicionais, tidos por necessários e que satisfazem, em grande medida, os requisitos éticos exigíveis.

Assegurados que se encontram a natureza voluntária da participação, o consentimento livre e informado e a confidencialidade dos dados coligidos, entende a Comissão de Ética emitir parecer favorável à realização da investigação, sem prejuízo da ratificação deste parecer na próxima reunião.

**Contudo, este parecer positivo é condicional ao cumprimento das seguintes condições:**

- 1) Os dados pessoais (os contactos) fornecidos pelas organizações que vão recrutar as participantes, devem igualmente ser apagados aquando da anonimização das entrevistas.**
- 2) Os consentimentos informados deverão:**
  - a. uma vez recolhidos, serem logo que possível digitalizados e armazenados de forma encriptada e segura, devendo as versões em papel ser conservadas de forma segura e apagadas um mês após a recolha;**
  - b. as versões digitalizadas conservadas até à anonimização das entrevistas, portanto apagadas após a anonimização das entrevistas.**

Relatora: Madalena Ramos (com Nuno David)

Lisboa, 6 de outubro de 2023

  
O Presidente do Conselho, Professor Doutor Sven Waldzus

  
A Relatora, Professora Doutora Madalena Ramos